Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2024 | Nª 25.667 | Preço banca: R$ 3,50

Balança comercial tem superávit de US$ 8,534 bilhões em maio

A queda de preços da soja e do minério de ferro fez o superávit da balança comercial cair em maio. No mês passado, o país exportou US$ 8,534 bilhões a mais do que importou, divulgou na quinta-feira (6) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado representa queda de 22,3% em relação ao mesmo mês do ano passado, mas é o terceiro melhor para meses de maio, só perdendo para o recorde de maio de 2023 (US$ 10,978 bilhões) e de 2021 (US$ 8,536 bilhões).

Apesar do saldo positivo menor em maio, a balança comercial acumula superávit de US$ 35,887 bilhões nos cinco primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 3,9% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Em relação ao resultado mensal, as exportações caíram, enquanto as importações ficaram relativamente estáveis. Em maio, o Brasil vendeu US$ 30,338 bilhões para o exterior, recuo de 7,1% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US$ 21,804 bilhões, alta de 0,5%.

Do lado das exportações, a queda no preço internacional da soja, do minério de ferro e das carnes foi o principal fator do recuo das exportações. As vendas de alguns produtos, como algodão, petróleo bruto e café, subiram no mês passado, mas não em ritmo suficiente para compensar a diminuição de preço dos demais produtos. Página 3

Governos querem R$ 109 bi de empresas por danos em desastre de Mariana

Página 4

SP promove 'Dia D' de vacinação contra a paralisia infantil no sábado

Página 2

Pesquisa mostra que vape causa até 6 vezes mais nicotina no organismo

A pesquisa realizada pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em parceria com o Instituto do Coração (Incor) e o Laboratório de Toxicologia da Rede Premium de Equipamentos Multiusuários da FMUSP aponta que consumo de cigarro eletrônico (vape) provoca níveis de intoxicação no organismo superiores em relação ao cigarro convencional.

O estudo inicial, promovido com base nos dados de 200 fumantes de cigarros eletrônicos, detectou que os níveis de nicotina presentes nesses usuários são de três a seis vezes maiores em relação aos fumantes de cigarros convencionais.

Os dados preliminares foram apresentados por Elaine Cristine D'Amico, responsável pela equipe de coleta da Vigilância Sanitária Estadual e por Marcelo Filonzi dos Santos, do Laboratório de Toxicologia da Rede Premium de Equipamentos Multiusuários da FMUSP, que participam do estudo com o mapeamento e o processamento de amostras coletadas.

"O estudo indica que a intoxicação por nicotina em quem usa o cigarro eletrônico é tão alta quanto, ou até pior, que nos usuários de cigarro tradicional. Também foi notado uma falta de conhecimento entre os mais jovens sobre os riscos de dependência, regras de uso e consumo em ambientes fechados, conforme a Lei Antifumo. Esses dados foram coletados durante a pesquisa por meio de questionários aplicados aos usuários de cigarros eletrônicos/vapes", explica a médica cardiologista Jaqueline Scholz, diretora do Núcleo de Tabagismo do Incor e coordenadora da pesquisa.

Atualmente, 3% da população do Brasil utiliza cigarros eletrônicos. "Parar de usar o produto por conta própria é uma fantasia. Trata-se de um produto altamente viciante que contém substâncias extremamente tóxicas, que também afetam as pessoas ao redor. Ao inalar as partículas ultrafinas depositadas no ar, estas chegam ao sistema respiratório, atravessando a membrana pulmonar e causando uma grande inflamação", esclarece Jaqueline Scholz.

A cardiologista do Incor ressalta que os riscos para a saúde dos usuários de vape são equivalentes aos dos usuários de cigarros convencionais com filtro. No entanto, a amplitude desses riscos é potencializada, com uma chance duas vezes maior de ter um infarto ou um AVC. Se o usuário faz uso dos dois tipos de cigarro, o risco é quadriplicado.

Governo federal vai pagar dois meses de salários a trabalhadores do RS

Foto/Rafa Neddermeyer/ABr

Página 4

Lucro dos bancos sobe para R$ 145 bilhões, mas rentabilidade cai em 2023

Página 4

SP terá recuperação semestral para alunos da rede estadual com baixo rendimento

Página 2

Esporte

Rafael Câmara busca seguir em bom momento e ampliar vantagem em Zandvoort

O brasileiro Rafael Câmara encara neste final de semana em Zandvoort, na Holanda, a terceira etapa da FRECA. O piloto da Prema, líder do campeonato, vem de um final de semana praticamente perfeito em Spa-Francorchamps, quando obteve uma pole position e duas vitórias, e chega ao travado circuito holandês buscando ampliar a vantagem em relação ao segundo colocado do campeonato.

O piloto da Ferrari Driver Academy chega para o final de semana no traçado de 4.259 metros mantendo o foco no campeonato. Página 10

Foto/ Dutch Photo Agency

Rafael *Câmara*

Volta do Litoral movimenta o ciclismo paulista no fim de semana

Ainda sob efeito da realização do Campeonato Pan-Americano de Ciclismo de Estrada, em São José dos Campos, o ciclismo de São Paulo se prepara para mais um evento bastante interessante. Trata-se da Volta do Litoral, competição por etapas que ocorrerá entre ps dias 7 e 9 de junho, na cidade de Peruíbe, no litoral paulista. A competição reunirá ciclistas de 15 categorias e contará pontos para o Ranking Paulista de Estrada (CLASSE CEE) e para o Ranking Nacional de Estrada (CBC), na Classe C2B. O evento é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio da Prefeitura de Peruíbe e se suas secretarias. Página 10

Regional Cup de Kart realiza etapa classificatória no Speed Park

Foto/Divulgação

Campeão *da OK FIA em Birigui receberá prêmio especial*

A Regional Cup de Kart Brasil, novo campeonato organizado pela Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) e apoiado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA), terá neste fim de semana mais uma etapa classificatória para definir novos finalistas do evento, que realizará sua decisão entre os dias 29 e 31 de julho no Circuito Internacional Paladino, no Conde (PB).

Neste sábado (8), serão conhecidos mais quatro pilotos classificados na OK Júnior e quatro na OK FIA, com a segunda classificatória das categorias, e três kartistas selecionados na Mini 2T, que terá sua primeira etapa de classificação. Página 10

Tomasoni vence em Paul Ricard e assume liderança na Porsche Cup Suisse

Foto/Divulgação

Piloto *sai de Paul Ricard com mais dois pódios*

O brasileiro Marcelo Tomasoni conquistou no último sábado (1º) sua primeira vitória na temporada 2024 da Porsche Cup Suisse no autódromo de Paul Ricard, na França. Largando da pole position, o piloto venceu a segunda prova da rodada dupla no traçado de 5,8 km e 15 curvas.

Na corrida 1, Tomasoni também esteve bem próximo da vitória e cruzou a linha de chegada em segundo lugar, menos de meio segundo atrás do indiano Gurunath, que ficou com a vitória.

Com os resultados, o brasileiro chegou a quatro pódios em quatro corridas no ano e assumiu a liderança na Porsche Cup Suisse. O piloto, que se tornou o primeiro brasileiro a disputar uma temporada completa da competição na Europa, soma 94 pontos.

"Tem sido um início de temporada muito consistente. Durante os treinos aqui na França, tivemos um carro muito equilibrado desde o início em ritmo de corrida. O que nos deu um pouco de trabalho foi o equilíbrio do carro com pneus novos", comentou Tomasoni. Página 10

SP promove ‘Dia D’ de vacinação contra a paralisia infantil no sábado

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), promove neste sábado (8) o “Dia D” de vacinação para todas as crianças de 1 a 4 anos de idade que devem ser vacinadas contra a poliomielite (paralisia infantil). Já para as crianças menores de 1 ano será avaliada a situação vacinal, iniciando ou completando a caderneta de acordo com a idade. Será um dia também para alertar sobre a importância de seguir o esquema vacinal. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o estado estarão abertas para imunizar as crianças contra a paralisia infantil. A campanha está ocorrendo desde o dia 27 de maio.

A poliomielite, doença infectocontagiosa aguda, é caracterizada pela contaminação pelo poliovírus que pode causar paralisia muscular dos membros inferiores, de forma assimétrica e irreversível, em casos graves podendo evoluir a óbito, sendo a vacinação a principal forma de prevenção.

Até 3 de junho, no estado, foram vacinadas 36.786 crianças entre 1 a 4 anos de idade, de acordo com o Painel de Monitoramento do Ministério da Saúde (MS). Os números apresentam uma baixa adesão do público-alvo, conforme explica a enfermeira e diretora da Divisão de Imunização da SES, Ligia Nerger.

“É de extrema importância que os pais ou responsáveis levem as crianças para se vacinar, pois, ainda que a doença tenha sido eliminada no Brasil, outros países apresentam casos de pólio, o que traz o risco de reintrodução da doença. Portanto, os níveis de baixa adesão são preocupantes”, afirma.

A campanha faz parte do processo de mudança do esquema vacinal das crianças, que se deve às conquistas obtidas no processo de interrupção do poliovírus no Brasil. A pólio selvagem está eliminada no Brasil desde 1989 e em São Paulo desde 1988. O ato fez com que o país recebesse a certificação de área livre da doença em 1994.

“Desde a erradicação da doença, os órgãos de saúde vêm se empenhando para a manutenção dos indicadores, além da vigilância ativa para busca de casos de paralisia flácida aguda para que o Brasil se mantenha livre da doença. Para isso, é necessário também que os pais contribuam para manter esse quadro e elevar as coberturas vacinais”, alerta a especialista.

Quais os sintomas da doença?

A maioria das pessoas infectadas não manifesta sintomas ou apresenta poucos sintomas, similares a outras doenças virais, como:

Febre
Mal-estar
Dor de cabeça
Dor de garganta e no corpo
Sintomas gastrointestinais (náuseas e vômitos)
Constipação (prisão de ventre)
Espasmos
Rigidez na nuca
Meningite

Nas formas mais graves instala-se a flacidez muscular, que afeta, em regra, um dos membros inferiores.

Tem alguma dúvida sobre a vacinação?

O Governo de SP, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, criou o portal “Vacina 100 Dúvidas” com as 100 perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A ferramenta esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: https://www.vacina100duvidas.sp.gov.br/

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
O maridão da dona do Podemos (exPTN), deputada federal Renata Abreu, é candidatíssimo pra ser eleito vereador. Caso seja eleito, ele vai virar o homem da ligação direta dos colegas [e até dos demais partidos das direitas] e de quem for o próximo prefeito

.
PREFEITURA (São Paulo)
Não deu outra. O Secretário {ex-comunista] Aldo Rebelo não deixou seu alto cargo pra tentar ser o vice da candidatura por reeleição do Ricardo Nunes (MDB). Em tempo : Nunes foi vice [2020] do Covas justamente por não ter se exposto até o último instante

.
ASSEMBLEIA (São Paulo)
Os deputados que se elegeram ou reelegeram pela história na Polícia Militar apostam que o indicado pra ser vice do prefeito Ricardo Nunes (MDB) será o coronel PM Mello de Araújo, que comandou a Rota. O governador Tarcísio (Republicanos) apoia

.
GOVERNO (São Paulo)
Cristão católico Tarcísio Freitas (ainda no Republicanos) segue sendo o principal nome que o ex-presidente Jair Bolsonaro quer trazer pro PL do Costa Neto. Tarcísio é um eterno militar que cumpre missões e pensa custo-benefício como engenheiro

.
CONGRESSO (Brasil)
Adversários do deputado federal Boulos (PSOL), candidato à prefeitura de São Paulo comentam que ele saiu bastante prejudicado de ter passado pano pra ‘rachadinha’ do colega Japonês (Avante). Consideram que sua já alta rejeição deve aumentar nas pesquisas

.
PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula (dono do PT) voltou a visitar o Rio Grande do Sul, não somente pra dar apoio ao povo, aos prefeitos e ao governador, como pra gerar imagens pra possível candidatura [2026] do Paulo Pimenta [ministro pra catástrofe] ao governo daquele Estado

.
PARTIDOS (Brasil)
Quem pode dizer como rolam as coisas no PRTB é a ex-deputada [ALESP] mais votada da história do Brasil [2 milhões de votos 2018] Janaína Paschoal. Caso queira falar, vai fazer muita gente entender porque Pablo Marçal é ‘candidato’ à prefeitura paulistana

.
HISTÓRIAS
Profecias da literatura bíblica seguem se cumprindo a cada dia, semana, mês e ano. Em tempo : há quem se venda como ‘profeta’ e fique enganando cristãos e cristãs. A literatura bíblica diz que ninguém sabe a hora, o dia e o mês que rolará o fim do mundo atual

.
ANO 32
O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa [Brasil] desde 1993, recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia [Estado SP], por ser referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Preços dos repelentes sobem 3,37% na capital

No levantamento de preços de repelentes contra insetos realizado na última quarta-feira (29), especialistas do Procon-SP observaram uma alta de 3,37% nos valores praticados pelos sites envolvidos na pesquisa; o preço médio no dia 24 de maio era R$ 22,91 e passou para R$ 23,68.

A consulta semanal – feita em sites de grandes drogarias e supermercados a partir de um endereço de referência na Capital – comparou o preço de nove tipos de repelentes (loção, líquido spray e elétrico líquido) de duas marcas que estavam disponíveis nos locais pesquisados. Veja o relatório completo.

Também foi possível encontrar uma maior quantidade de itens, o que aponta para a possibilidade de, a curto prazo, os estoques nos pontos de venda serem normalizados, contribuindo para novas reduções de preço ao longo do tempo, de acordo com os especialistas do Procon-SP.

Os levantamentos de preços médios, realizados em dezembro do ano passado e, semanalmente a partir de fevereiro deste ano, têm como objetivo ajudar o consumidor a ter referências na hora da compra, alertando a importância da pesquisa de preços e a necessidade de prevenção à dengue.

O Procon-SP recomenda que ao escolher um repelente o consumidor leia o rótulo com atenção, observe se há o registro da Anvisa, eventual restrição de idade, entre outras informações.

SP envia 1,8 mil toneladas de donativos em um mês de ajuda humanitária ao RS

O Governo de São Paulo, por meio da Defesa Civil do Estado e do Fundo Social de São Paulo, completou na quarta-feira (5) um mês da campanha humanitária em prol das vítimas do Rio Grande do Sul com um total de 1.867,45 toneladas de donativos arrecadados e enviados às cidades gaúchas. A ação paulista mobilizou no período 2.475 voluntários e o envio de 122 carretas carregadas de insumos em ajuda ao Rio Grande do Sul.

A primeira-dama do Estado e presidente do Fundo Social de São Paulo, Cristiane Freitas, destacou a importância desses números obtidos e falou da participação de toda a sociedade ao longo do período. “Gostaria de expressar minha gratidão a cada voluntário e a todos que fizeram suas doações. A generosidade e o espírito de colaboração do povo paulista fizeram toda a diferença para alcançarmos números tão significativos. Agradecemos a todos que contribuíram para o sucesso desta campanha em apoio às famílias do Rio Grande do Sul afetadas pelas chuvas.”

O chefe da Casa Militar e coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado de São Paulo, coronel Henguel Ricardo Pereira, enfatizou as ações de apoio que a Defesa Civil desenvolve no Rio Grande do Sul. “Desde o início da tragédia as equipes da Defesa Civil de SP estão atuando no Rio Grande do Sul. Ao longo deste período temos entendido as necessidades na ponta da linha e o estado de São Paulo tem dado a resposta com o envio de todos os donativos.”

Desde o início, a campanha focou na arrecadação de alimentos não perecíveis, água potável, materiais de higiene e limpeza. A participação da população paulista foi intensa e exigiu a organização de mais três depósitos de apoio na Grande São Paulo para acomodar o volume de donativos que lotou o depósito de 12 mil metros quadrados do Jaguaré, na capital.

As contribuições vieram de pessoas físicas e empresas e mobilizaram também prefeituras que realizaram campanhas locais enviando os donativos para o Fundo Social, que se encarregou do transporte até as cidades gaúchas.

Monitoramento contínuo das necessidades

A organização da campanha de ajuda humanitária paulista continuará monitorando as necessidades emergentes da população gaúcha, seja para fornecer os itens que estão sendo solicitados no Rio Grande do Sul ou para suprir outras necessidades que poderão surgir à medida que a realidade local seja alterada. A ação busca garantir uma resposta ágil e eficaz às necessidades da população afetada pelas inundações.

Apoio das empresas governamentais

A campanha segue com o apoio de empresas vinculadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que estão recebendo alimentos enlatados para serem enviados ao Rio Grande do Sul. Na CPTM, as doações podem ser feitas nas estações Lapa, Francisco Morato, Tamanduateí, Mauá, Guaianases, Suzano, Itaim Paulista, Jardim Romano e Aeroporto-Guarulhos, onde caixas coletoras foram instaladas próximas às catracas.

No Metrô, as doações são recebidas na estação Tatuapé, na Linha 3-Vermelha. Já na EMTU, os alimentos enlatados podem ser entregues nos nove terminais metropolitanos do Corredor ABD e no Capes Jabaquara, com o apoio da Next Mobilidade, concessionária operadora do corredor.

Os postos de atendimento da Sabesp também são pontos de coleta de doações para o Rio Grande do Sul. Além disso, os postos do Poupatempo em todo o estado estão recebendo donativos para auxiliar as vítimas das chuvas.

Como parte da campanha AgroSP Solidário, o Governo do Estado de São Paulo disponibilizou suas Casas de Agricultura para receber doações. A Secretaria de Justiça e suas entidades vinculadas também estão engajadas na coleta de donativos.

Fim de semana tem Museu da Língua Portuguesa grátis e homenagem aos Beatles

Durante todo o mês de junho, o Museu da Língua Portuguesa, localizado no Centro Histórico de São Paulo, conta com uma programação gratuita aos finais de semana. Além da exposição “Línguas africanas que fazem o Brasil”, que começa no sábado (8), os visitantes também poderão participar da 3ª edição da Feira de Troca de Livros. A Feira funciona das 14h às 17h no Museu da Língua Portuguesa.

Para quem gosta de música e obras de arte, a dica é passar pelo Edifício Oswald de Andrade, localizado no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Até o dia 7 de julho, o espaço recebe a exposição “Lucy in the sky with sprays”, em homenagem aos Beatles. A exposição conta com 11 obras que transformam as músicas da banda inglesa em telas de grafitti. A entrada é gratuita e o Edifício Oswald de Andrade funciona das 10h às 21h.

O mês de junho também conta com programação especial no Museu das Culturas Indígenas, que comemora o seu segundo aniversário. O Museu prevê atividades gratuitas, como feira de artesanato e oficinas, exibição de documentários e debates sobre meio ambiente, sociobiodiversidade e patrimônio indígena. O Museu das Culturas Indígenas fica na região da Água Branca, em São Paulo.

Para fechar, o Museu da Imigração, localizado na Mooca, na capital paulista, recebe a exposição “Pertencimentos transnacionais”. Nela, quatro migrantes músicos de Guiné-Conacri vão apresentar registros audiovisuais e oficinas de dança. A exposição dura até agosto e tem entrada gratuita aos sábados.

SP terá recuperação semestral para alunos da rede estadual com baixo rendimento

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) publicou na quarta-feira (5) uma resolução que estabelece a recuperação semestral de estudantes que apresentarem baixo rendimento. A nota dos dois bimestres anteriores vai estabelecer se os estudantes devem ou não ser encaminhados para realizar a prova de recuperação. Se a média dos bimestres for abaixo de 5 em quaisquer disciplinas, o aluno deverá obrigatoriamente fazer nova prova para tentar recuperar sua nota. A nova nota substituirá a menor entre os dois bimestres anteriores, contribuindo para reduzir as defasagens.

A proposta de reforço é voltada a estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio. A recuperação prevê que, por até duas semanas, as aulas serão focadas em conteúdos que os estudantes tiveram mais dificuldade na Prova Paulista, que é a avaliação bimestral da Seduc-SP. A primeira prova de recuperação será no dia 5 de agosto e os estudantes da rede terão duas semanas letivas de estudos focados na revisão de conteúdos – a semana de 1 a 5 de julho, última antes das férias do meio do ano, e de 29 de julho a 2 de agosto.

Outro ponto que a resolução aborda e que pode ajudar alunos com maior dificuldade é o estabelecimento de um professor-tutor para estudantes de 1º a 3º anos do Ensino Fundamental, que é o ciclo de alfabetização. Esse professor será um segundo docente em sala de aula, três vezes por semana (duas de português e uma de matemática) para ajudar estudantes com defasagens. As escolas com mais de 20% dos alunos do 2º ano no nível pré-leitor, de acordo com a avaliação de fluência leitora realizada anualmente pela Seduc-SP, deverão obrigatoriamente receber um professor-tutor. Todas as outras escolas de anos iniciais também poderão aderir. Essa ação tem um custo estimado de R$ 82 milhões por ano.

“O objetivo dessas ações é que os alunos tenham um diagnóstico rápido das suas dificuldades e que os professores estabeleçam, com todo o apoio da Seduc-SP, um conjunto de atividades para que os estudantes se recuperem e possam seguir o ano letivo mais apropriados dos conteúdos das matérias”, disse o secretário da Educação, Renato Feder.

No período da recuperação e aprofundamento das aprendizagens, as turmas de Ensino Médio poderão contar com o auxílio de alunos monitores, desde que devidamente acompanhados de um professor. O “Aluno Monitor” faz parte de um projeto de lei encaminhado na última semana pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que prevê que estudantes do Ensino Médio regular se tornem monitores de estudantes, com o pagamento de bolsa-monitoria, com valor previsto de R$ 400 mensais. Esse programa deve entrar em vigor em 2025, se aprovado pela Alesp.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Balança comercial tem superávit de US$ 8,534 bi em maio

A queda de preços da soja e do minério de ferro fez o superávit da balança comercial cair em maio. No mês passado, o país exportou US$ 8,534 bilhões a mais do que importou, divulgou na quinta-feira (6) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado representa queda de 22,3% em relação ao mesmo mês do ano passado, mas é o terceiro melhor para meses de maio, só perdendo para o recorde de maio de 2023 (US$ 10,978 bilhões) e de 2021 (US$ 8,536 bilhões).

Apesar do saldo positivo menor em maio, a balança comercial acumula superávit de US$ 35,887 bilhões nos cinco primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 3,9% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Em relação ao resultado mensal, as exportações caíram, enquanto as importações ficaram relativamente estáveis. Em maio, o Brasil vendeu US$ 30,338 bilhões para o exterior, recuo de 7,1% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US$ 21,804 bilhões, alta de 0,5%.

Do lado das exportações, a queda no preço internacional da soja, do minério de ferro e das carnes foi o principal fator do recuo das exportações. As vendas de algumas produtos, como algodão, petróleo bruto e café, subiram no mês passado, mas não em ritmo suficiente para compensar a diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, as aquisições de fertilizantes, de petróleo e derivados, de válvulas e tubos termiônicos e de compostos químicos caíram, mas as compras de gás natural e de veículos subiram.

Após baterem recorde em 2022, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as *commodities* recuam desde a metade de 2023. A principal exceção é o minério de ferro, cuja cotação vem reagindo por causa dos estímulos econômicos da China, a principal compradora do produto.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas caiu 1,9%, puxado pela queda nas vendas de combustíveis e de aço semiacabado, enquanto os preços caíram 5,1% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 7,5%, mas os preços médios recuaram 6,5%.

No setor agropecuário, a queda de preços pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas caiu 3,4% em maio na comparação com o mesmo mês de 2023, enquanto o preço médio caiu 15,7%. Na indústria de transformação, a quantidade caiu 8,4%, com o preço médio recuando 0,9%. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 16,6%, enquanto os preços médios diminuíram apenas 2,1%.

Os produtos com maior destaque na queda das exportações agropecuárias foram milho não moído (-31,4%), frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (-33,5%) e soja (-28,9%). Em valores absolutos, o destaque negativo é a soja, cujas exportações caíram US$ 2,347 bilhões em relação a maio do ano passado. O preço caiu 17,6%, enquanto a quantidade média diminuiu 13,7%.

Na indústria extrativa, as principais quedas foram registradas em minério de ferro e concentrados (-16,6%), outros minerais em bruto (-37,6%) e outros minérios de metais de base (-41,8%). No caso do ferro, o valor exportado caiu 16,6%, com a quantidade embarcada recuando 6,3%, e o preço médio caindo 11%.

Em relação aos óleos brutos de petróleo, também classificados dentro da indústria extrativa, as exportações subiram 35,9% na comparação com maio do ano passado, principalmente por causa do aumento de 32,1% no volume de produção, cujo ritmo varia bastante de um mês para outro. O preço médio subiu 2,9%.

Na indústria de transformação, as maiores quedas ocorreram em combustíveis (-18,4%), farelos de soja e outros alimentos para animais (-37,5%), e produtos semiacabados e lingotes de ferro ou aço (-54,7%). Com a crise econômica na Argentina, principal destino das manufaturas brasileiras, as vendas para o país vizinho caíram 42,7% em maio em relação ao mesmo mês do ano passado.

Em relação às importações, os principais recuos foram registrados nos seguintes produtos: borracha natural (-18,7%), cevada não moída (-27,7%) e café não torrado (-96,6%), na agropecuária; metais de base (-10%) e carvão não aglomerado (-52,8%) e minério de ferro, na indústria extrativa; coques e semicoques de carvão e similares (-72,9%), adubos ou fertilizantes químicos (-23,3%) e válvulas e tubos termiônicos (-16,9%), na indústria de transformação.

Em relação aos fertilizantes, cujas compras do exterior ainda são impactadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, os preços médios caíram 27,5%, e a quantidade importada aumentou 5,7%.

Em abril, o governo revisou para baixo a projeção de superávit comercial para 2024. A estimativa caiu de US$ 94,4 bilhões para US$ 73,5 bilhões, queda de 25,7% em relação a 2023. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações cairão 2,1% em 2024, encerrando o ano em US$ 332,6 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US$ 259,1 bilhões. As compras do exterior deverão subir por causa da recuperação da economia, que aumenta o consumo, num cenário de preços internacionais menos voláteis do que no início do conflito entre Rússia e Ucrânia.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim *Focus*, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US$ 82,26 bilhões neste ano. (Agência Brasil)

Pequenos e grandes mercados receberão arroz importado pelo governo

As 263,3 mil toneladas de arroz que serão importadas pelo governo federal para garantir o abastecimento no país deverão ser disponibilizadas aos consumidores em um prazo de 45 a 60 dias. A distribuição será feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para pequenos varejos, de forma direta, e para grandes atacarejos e redes de supermercados em forma de leilões.

A Conab promoveu na quinta-feira (6) um leilão público para a compra de arroz importado. Por ter subsídio do governo, o preço máximo do produto será de R$ 20 o pacote de 5 quilos, em embalagens com identificação do governo federal.

"O único objetivo do leilão é garantir um acesso fácil e mais barato para a população a um alimento que é a base da alimentação do dia a dia das famílias do país", explicou o presidente da Conab, Edegar Pretto.

A importação de arroz deverá estabilizar os preços no mercado interno, que tiveram uma alta média de 14%, chegando em alguns lugares a 100% após as inundações no Rio Grande do Sul, que produz cerca de 70% do arroz consumido no país. A produção local foi atingida tanto na lavoura como em armazéns, além de ter a distribuição afetada por questões logísticas no estado.

"Também houve uma desinformação, aconselhando consumidores a correr aos supermercados e fazer estoques sem nenhuma necessidade. Isso interferiu no mercado e tivemos uma subida grande nos preços", explicou Pretto.

O presidente da Conab disse que a decisão de importar arroz neste momento não foi uma "afronta" aos produtores brasileiros. "O governo não está fazendo essa importação por um bel-prazer, é por uma necessidade de proteger, neste momento, o elo mais fraco dessa relação, que são os consumidores".

Segundo ele, a Advocacia-Geral da União derrubou oito liminares que pediam a suspensão do leilão.

A Conab realizará nos próximos dias outro leilão para a compra de mais 36 mil toneladas, para completar a expectativa inicial de 300 mil toneladas a serem adquiridas. Por enquanto, não há previsão de importação de outros produtos pelo governo. (Agência Brasil)

Linhas para socorrer empresas gaúchas terão juros de 6% a 12% ao ano

As linhas especiais de crédito para socorrer empresas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul terão juros de 6% a 12% ao ano, dependendo do tamanho da empresa e da finalidade do crédito. Em reunião extraordinária na quarta-feira (5), o Conselho Monetário Nacional regulamentou as condições dos financiamentos de R$ 15 bilhões anunciados na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Destinadas a compra de máquinas e equipamentos, materiais de construção, materiais de serviço, investimento e capital de giro, as linhas usarão recursos do superávit financeiro do Fundo Social. Os empréstimos beneficiarão tanto pessoas jurídicas como pessoas físicas, caso sejam microempresários, que operem em municípios em estado de calamidade pública.

No caso de operações de crédito contratadas diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as taxas máximas variam de 6% a 11% ao ano para o tomador final. Nas operações indiretas, em que outra instituição financeira opera recursos do BNDES, os juros ficarão entre 7% e 12% ao ano. Nos dois casos, as instituições que concederem os empréstimos assumem o risco de inadimplência das operações.

Soma de taxas

As taxas finais de juros são a soma das taxas dos recursos do Fundo Social gerado pela exploração de petróleo na camada pré-sal e das taxas de remuneração das instituições financeiras.

Os recursos do Fundo Social serão emprestados a 1% ao ano, para as linhas de projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, materiais de construção ou serviços relacionados. Para a linha de capital de giro, as taxas do Fundo Social serão 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas, que faturam até R$ 300 milhões anuais, e de 6% ao ano para empresas que faturem acima desse valor.

Em relação à remuneração das instituições financeiras, as operações concedidas diretamente pelo BNDES terão juros de 5% ao ano. Nas operações indiretas, o BNDES receberá até 1,5% a.a. e a instituição financeira repassadora cobrará adicionalmente até 4,5% a.a. dos mutuários.

Prazo

Os prazos de financiamento variam entre 60 e 120 meses (cinco e dez anos). O tomador terá de 12 a 24 meses para pagar a primeira parcela, dependendo da linha. No caso das pessoas jurídicas, a concessão da linha de crédito é condicionada ao de manutenção ou ampliação do número de empregos existentes antes das enchentes no Rio Grande do Sul.

O CMN é um órgão colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e composto pelo presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. (Agência Brasil)

Cesta básica registra aumento em 11 capitais em maio, aponta Dieese

No mês de maio, o custo médio da cesta básica aumentou em 11 das 17 capitais brasileiras que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada na quinta-feira (6) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A maior alta na comparação com o mês de abril ocorreu em Porto Alegre, atingida pelas chuvas em maio, com aumento de 3,33% no custo médio da cesta básica. Em seguida aparecem Florianópolis (2,50%), Campo Grande (2,15%) e Curitiba (2,04%). Já as principais quedas foram registradas em Belo Horizonte (-2,71%) e Salvador (-2,67%).

Um dos vilões para o aumento no custo da cesta foi o arroz. Entre abril e maio, o preço médio do arroz aumentou em 15 capitais, com variações de 1,05% em Recife até 16,73% em Vitória. Como o Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com maior produção de arroz, as enchentes reduziram a oferta. Mesmo com a importação do grão, informou o Dieese, houve aumentos na maior parte das cidades consultadas pela pesquisa, com exceção de Natal e Goiânia.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou um leilão para a compra de 263,3 mil toneladas de arroz importado, com objetivo de reduzir o preço do produto no mercado interno.

A capital paulista continua apresentando a cesta mais cara do país. Em maio, o conjunto dos alimentos básicos em São Paulo custava, em média, R$ 826,85. Em Porto Alegre, o preço médio girava em torno de R$ 801,45, pouco acima da cesta de Florianópolis (R$ 801,03).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R$ 579,55), Recife (R$ 618,47) e João Pessoa (R$ 620,67).

Na comparação anual, entre maio de 2023 e 2024, todas as capitais brasileiras analisadas pelo Dieese tiveram alta no preço da cesta, exceto Goiânia, onde a variação foi de -0,05%.

Com base na cesta mais cara, que, em maio, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário-mínimo em maio deveria ser de R$ 6.946,37 ou 4,92 vezes o mínimo de R$ 1.412,00.

Para fazer a pesquisa de preços da cesta básica em Porto Alegre, cidade que foi muito afetada pelas chuvas de maio, a equipe técnica do Dieese acabou se dividindo e conseguiu visitar presencialmente quase todos os supermercados que são analisados mensalmente no estudo, exceto um, que foi afetado pela enchente. Mas a pesquisa acabou sendo prejudicada porque houve dificuldade dos técnicos em visitar padarias e açougues. Com isso, apenas 73% desses estabelecimentos foram visitados na pesquisa elaborada em maio.

"A percepção, ao longo da coleta de preços, é de que não houve desabastecimento na cidade, entretanto, algumas marcas ficaram ausentes/faltantes por conta de problemas de logística/distribuição, pois houve interrupção no tráfego de algumas rodovias e alagamentos nos estoques de distribuidoras e/ou caminhões. Em alguns estabelecimentos, havia aviso de limite de unidades por cliente como, por exemplo, leite e arroz. Apesar de tudo, há indicações de que serão/são problemas limitados e pontuais, que não devem continuar ocorrendo, mas desaparecer gradativamente, com o restabelecimento do fluxo de logística, transporte e distribuição", informou o Dieese. (Agência Brasil)

Com recorde, Paraná lidera produção de frango; abate de suínos também avança

A agropecuária paranaense voltou a demonstrar força em todos os segmentos avaliados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao 1º trimestre de 2024 e divulgados na quinta-feira (6). Em tendência oposta ao Brasil, que registrou queda em alguns indicadores, o Paraná teve o maior aumento do País no abate de suínos e o segundo maior no abate de frangos, o que também manteve o Estado como líder nacional na produção de carne de frango. Também houve crescimento na produção de carne bovina, couro, leite e ovos.

No caso do frango, o Paraná abateu 3,83 milhões de cabeças a mais entre janeiro e março de 2024 do que em relação ao mesmo período do ano passado (de 546,9 milhões para 550,7 milhões), uma alta de 0,7% que só foi menor do que a registrada em Santa Catarina, onde houve aumento de 7,13 milhões de unidades. Com isso, o Estado alcançou um novo recorde entre todos os trimestres da série histórica analisada pelo IBGE.

O Paraná também manteve uma ampla margem na liderança do segmento, respondendo por 34,6% da produção nacional, bem à frente de Santa Catarina (13,6%) e Rio Grande do Sul (11,9%), que completam o pódio. Em todo o País, houve queda de 1,2% nos abates de frango entre os 1º trimestres de 2023 e 2024 – de 1,61 bilhão para 1,59 bilhão de cabeças.

Outro destaque paranaense aconteceu na produção de carne suína. O Estado teve aumento mais expressivo no intervalo de tempo analisado entre os estados, com 197,93 mil cabeças a mais (6,8%), o que o manteve na vice-liderança nacional, com 22,3% da produção. Foram 3,104 milhões de suínos produzidos no trimestre, segundo melhor resultado para três meses da história, atrás apenas do terceiro trimestre de 2023 (3,134 milhões).

O resultado foi o inverso do Brasil, que teve uma queda de 1,6% entre os dois trimestres de referência (229,81 mil cabeças a menos), com desempenhos negativos em 15 dos 24 estados analisados pelo IBGE.

Apesar de representar um menor percentual em nível nacional, também houve espaço para um aumento de 46,73 mil cabeças de boi no Paraná – de 293.414 no 1º trimestre de 2023 para 340.144 no 1º trimestre de 2024 (alta de 16%). Neste ano, 3,65% de toda a carne bovina produzida no Brasil é de origem paranaense.

Segundo o presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Jorge Callado, os números da produção agropecuária paranaense refletem as boas políticas de produção, os bons arranjos produtivos e o espaço que o Paraná tem conquistado nos mercados nacional e internacional. "Apesarem de serem cíclicos, podendo passar por alterações sazonais, a tendência do Paraná é de que esses números continuem crescendo ao longo dos próximos anos, tornando o peso do Estado ainda mais relevante em relação ao desempenho da agropecuária brasileira", avaliou.

Além da carne, a produção de outros produtos de origem animal também continua em alta no Estado, especialmente o leite, os ovos de galinha e o couro de boi.

Na avaliação do secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Natalino Avance de Souza, os dados demonstram o dinamismo do agronegócio paranaense, dos grandes, pequenos e médios produtores, que contam com o apoio de políticas públicas do Governo do Estado.

"Programas como o Renova Paraná, que incentiva a adoção de fontes de energia renovável nas propriedades rurais, o Estradas da Integração, que melhora as condições das vias rurais, e o Banco do Agricultor Paranaense, que oferta financiamentos com condições facilitadas e juros reduzidos, estão entre as medidas que o Governo do Estado tem tomado para ajudar os nossos agricultores a produzirem mais e melhor", afirmou Souza. "Além disso tem a força das nossas cooperativas. O Paraná tem protagonismo nacional nesses segmentos".

O maior destaque entre os produtos aconteceu no leite, com 27,33 milhões de litros a mais nos três primeiros meses de 2024 no comparativo com o mesmo período do ano passado (alta de 3,1%), chegando a 897 milhões de litros. A variação foi a segunda maior do País, atrás apenas de Minas Gerais, que registrou uma alta de 116,11 milhões de litros. Não por acaso, os dois estados continuam a ser os maiores produtores do País, com Minas Gerais respondendo por 25,3% da captação nacional e o Paraná por 14,5%.

Outro segmento em que o Paraná ocupa a segunda colocação é na produção de ovos, respondendo por 10,1% da produção nacional em um ranking liderado por São Paulo (26,4%). Mesmo com o alto volume, o Estado conseguiu ampliar em 5,80 milhões de dúzias (5,5%) a produção de janeiro a março deste ano em relação aos mesmos meses de 2023, chegando a 111 milhões no período. Com isso, o 1º trimestre de 2024 também foi o melhor da história para o setor.

Por fim, os curtumes instalados no Paraná declararam ter recebido 788 mil peças de couro bovino de janeiro a março de 2024, 75 mil peças a mais do que as 713 mil do mesmo período de 2023, o que significa uma alta de 10,5%.

O levantamento trimestral do IBGE fornece informações sobre o total de cabeças abatidas e o peso total das carcaças para as espécies de bovinos, suínos e frangos, tendo como unidade de coleta o estabelecimento que efetua o abate sob fiscalização sanitária federal, estadual ou municipal. A periodicidade da pesquisa é trimestral, sendo que, para cada trimestre do ano, os dados são discriminados mês a mês. No Sidra, o Banco de Tabelas Estatísticas do IBGE, é possível consultar os dados completos sobre os abates de animais, produção de leite e de couro bovino. (Agência Brasil)

Governo federal vai pagar dois meses de salários a trabalhadores do RS

O governo federal anunciou na quinta-feira (6) um programa de manutenção do emprego que prevê o pagamento de dois meses de salário-mínimo para 434.253 trabalhadores com carteira assinada de empresas do Rio Grande do Sul afetadas diretamente pelas enchentes de maio. O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em Arroio do Meio, no Vale do Taquari, durante a quarta visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao estado.

A medida abrange, de acordo com o ministro, trabalhadores em regime CLT (326.086), estagiários (36.584), trabalhadores domésticos (40.363) e pescadores artesanais (27.220). O programa deve pagar diretamente o salário aos beneficiados e, como contrapartida, as empresas deverão manter os empregos por mais dois meses, totalizando uma estabilidade de quatro meses.

“Nós vamos oferecer duas parcelas de um salário-mínimo a todos os trabalhadores formais do estado do Rio Grande do Sul que foram atingidos na mancha [de inundação]. Não são todos os CNPJ dos municípios em calamidade ou emergência, mas os atingidos pela mancha”, enfatizou o ministro, sobre o perfil das empresas que poderão aderir ao programa.

Para viabilizar a medida, o presidente Lula e o ministro do Trabalho assinaram uma Medida Provisória (MP), que entra em vigor de forma imediata, mas precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O anúncio do governo federal ocorre um dia depois que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, ter pedido ao presidente Lula a criação de um programa de manutenção de empregos e complementação do salário, durante uma reunião de ambos no Palácio do Planalto. (Agência Brasil)

Lucro dos bancos sobe para R$ 145 bi, mas rentabilidade cai em 2023

O lucro líquido dos bancos foi de R$ 145 bilhões no ano passado, alta de 5% na comparação com 2022. Enquanto isso, na mesma comparação internanual, a rentabilidade do sistema bancário foi de 14,1% no ano de 2023, queda de 0,6 ponto percentual.

A lucratividade é a comparação do lucro final com o faturamento e depende de custos e formação de preços, enquanto a rentabilidade compara o lucro final com o patrimônio e investimentos realizados, ou seja, com a capacidade do negócio de gerar retornos com base no que foi investido.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária, divulgado na quinta-feira (6) pelo Banco Central (BC), a rentabilidade do sistema bancário, medida pelo Retorno Sobre Patrimônio Líquido (ROE), apresentou leve redução em 2023 e distribuição heterogênea dentro do grupo das instituições financeiras (IFs) de maior importância. Ainda assim, a rentabilidade bancária no Brasil está entre as mais elevadas do mundo, apesar do declínio observado nos últimos dois anos, sendo superado por México e Índia e em um patamar similar à Indonésia.

“O aumento de ativos problemáticos foi a principal causa da redução na rentabilidade. A distribuição distinta do ROE entre as IFs decorreu principalmente do diferencial de sucesso nas estratégias adotadas na gestão de risco de crédito durante e no pós-pandemia de covid-19, e de risco de mercado nos recentes ciclos de elevação e de queda da taxa básica de juros”, explicou o BC.

Os ativos problemáticos levaram à necessidade de aumento das provisões nos últimos anos, que são as reservas que os bancos fazem para pagamento das dívidas de crédito (calotes). “O aumento do comprometimento de renda das famílias, a redução da capacidade de pagamento das empresas e, por último, o caso Americanas foram os principais fatores que influenciaram o aumento dos ativos problemáticos no referido período”, diz o relatório.

Em 19 de janeiro de 2023, as Lojas Americanas entraram em recuperação judicial, com dívidas declaradas de R$ 49,5 bilhões, após a descoberta de fraudes contábeis. Em 2021 e 2022, a companhia acumulou prejuízo de R$ 19,1 bilhões.

Segundo o BC, as despesas com provisões aumentaram em 2022 e 2023, mas apresentam sinais de estabilização. O crescimento desde o final de 2021 deu lugar a uma queda consistente das provisões no segundo trimestre de 2023, com estabilização na segunda metade do ano. “A manutenção da qualidade das concessões e a redução das estimativas de perdas nas carteiras das IFs resultam em menor necessidade de provisionamento. As provisões constituídas são consideradas adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas”, explicou a autarquia.

As diferenças de rentabilidade na comparação interanual também estão relacionadas à eficiência operacional, à gestão de risco pré-fixado na carteira de títulos e, de certa forma, aos efeitos do aumento da competição no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Relatório de Economia Bancária mostra continuidade da redução da concentração no SFN, processo que vem ocorrendo nos últimos anos, e elevação do grau de concorrência no mercado de crédito, enquanto a concorrência em serviços financeiros ficou relativamente estável. “A concentração diminuiu para todos os agregados contábeis considerados – ativos totais, depósitos totais e operações de crédito –, envolveu o aumento da participação das cooperativas de crédito e das instituições não bancárias, e ocorreu na maioria dos mercados relevantes de crédito”, diz o relatório.

De 2022 para 2023, a participação de mercado dos quatro maiores bancos - Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - se reduziu em todos os agregados contábeis, de 87,8% para 87,6% nos ativos totais, de 91,2% para 90,7% nos depósitos totais e de 86,2% para 85,9% nas operações de crédito.

“Esse movimento pode ser associado à atuação das instituições não bancárias no mercado de cartão de crédito e de crédito sem consignação, ao passo que as cooperativas de crédito, em 2023, destacaram-se por sua atuação nos mercados de cheque especial e de capital de giro”, explicou o BC.

As cooperativas de crédito eram responsáveis por 5,5% dos ativos totais no ano passado, contra 5,1% em 2022. Nos depósitos, passaram de 6,4% em 2022, para 6,6% em 2023, e no caso do crédito, esse grupo respondeu por 6,8% do total das operações em 2023, contra 6,3% do ano anterior. (Agência Brasil)

Lula reclama de burocracia e pede “resposta imediata” ao RS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz, na quinta-feira (6), a sua quarta visita ao Rio Grande do Sul, para acompanhar os trabalhos de recuperação no Vale do Taquari, uma das regiões mais atingidas pelas enchentes do último mês.

Ao conversar com moradores do bairro Passo de Estrela, no município de Cruzeiro do Sul, Lula voltou a se comprometer com a construção de moradias para a população e reclamou da burocracia.

“Eu acho que não tem ninguém no mundo que reclama mais da burocracia do que eu. Eu reclamo em fóruns internacionais, reclamo aqui dentro, porque é tudo muito difícil, muito complicado”, disse, argumentando que o caso do Rio Grande do Sul é excepcional. “Precisamos dar uma resposta imediata a esse povo que precisa. Nós estamos trabalhando muito e temos que vencer a burocracia”, acrescentou.

O Rio Grande do Sul enfrenta o pior desastre climático da sua história e vem trabalhando na recuperação de estruturas após as enchentes que afetaram 476 dos 497 municípios do estado e deixaram 172 mortos. Só no bairro Passo de Estrela, 650 moradias foram destruídas.

Lula lembrou que o planejamento para reconstrução das cidades deve ser feito com responsabilidade e que será necessário procurar lugares mais seguros para instalação da nova infraestrutura.

“A gente não pode reconstruir um pronto-socorro e uma escola em lugar vulnerável à enchente, a gente não pode fazer as casas aqui nesse lugar. Está provado que esse lugar é um lugar reservado para a água. Quando a natureza fez o mundo, esse lugar aqui era reservado para a água. Nós humanos ocupamos isso aqui sem saber muitas coisas e agora a natureza nos alertou”, disse.

O presidente prometeu “ajudar a recuperar a dignidade do povo do Rio Grande do Sul”.

“Isso a gente tem que fazer em todos os lugares que o povo for vítima de desastres climáticos, como o que aconteceu aqui.”

“Temos urgência de fazer, mas para fazer sempre leva um tempo. Pra destruir é rápido, pra reconstruir é difícil. Mas tem que achar o terreno, depois o terreno tem que ser preparado, tem que fazer arruamento [...], não dá pra largar vocês em um barraco, tem que fazer a coisa bonitinha. Então não tem como fazer em uma semana. O nosso compromisso é dar de volta a vocês o direito de viver dignamente”, disse aos moradores.

Depois de Cruzeiro do Sul, Lula seguiu para o município de Arroio do Meio, onde anuncia novo apoio financeiro ao estado. (Agência Brasil)

Governos querem R$ 109 bi de empresas por danos em desastre de Mariana

A União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo fizeram uma nova proposta, no valor de R$ 109 bilhões, por um acordo com as empresas Samarco, Vale e BHP, responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana (MG), em 2015.

Trata-se de uma contraproposta, após as autoridades terem rejeitado uma proposta de R$ 72 bilhões feita pelas empresas. A repactuação do acordo de reparação de danos é mediada pelo Tribunal Regional Federal da 6a Região (TRF6), com sede em Belo Horizonte.

A proposta original dos governos era de R$ 126 bilhões, valor que calculam ser o bastante para as reparações e compensações necessárias, mas as autoridades concordaram em reduzir o valor para destravar as negociações, informou a Advocacia-Geral da União (AGU) na quinta-feira (6).

“O Poder Público reitera que as concessões feitas, em detrimento da obrigação de reparação integral do dano pelas empresas responsáveis, possuem o único e exclusivo objetivo de proteção às pessoas atingidas e ao meio ambiente. Por esse motivo, não aceitarão qualquer proposta que julguem implicar em risco de não atendimento desses propósitos”, destaca trecho da manifestação enviada ao TRF6.

A petição é assinada por União, Minas Gerais, Espírito Santo, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

O documento pleiteia que o pagamento seja feito nos próximos 12 anos, prazo que leva em consideração a proposta das empresas, de 20 anos, menos os oito anos que já se passaram desde a tragédia. O “atraso precisa ser considerado no cronograma de pagamento, em respeito aos atingidos”, diz a manifestação dos entes públicos.

“Os valores deverão ser integralmente utilizados para financiar medidas reparatórias e compensatórias de caráter ambiental e socioeconômico que serão assumidas pelo Poder Público a partir da celebração de eventual acordo”, disse a AGU, em nota.

Os R$ 109 bilhões não incluem valores já gastos pelas mineradoras a qualquer título de medida reparatória, bem como exclui o estimado para executar obrigações que permanecerão sob responsabilidade das empresas, como a retirada de rejeitos do Rio Doce.

Passados mais de oito anos da tragédia, considerada o maior desastre ambiental causado pelo setor de mineração no Brasil, as mineradoras e as autoridades não alcançaram um entendimento para a reparação dos danos causados.

Ocorrido em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, localizada na zona rural de Mariana (MG), liberou no ambiente 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério. Dezenove pessoas morreram. A lama devastou comunidades e deixou um rastro de destruição ambiental ao longo da bacia do Rio Doce, chegando até a foz no Espírito Santo.

Para reparar os danos causados na tragédia, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2016 entre o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Samarco e as acionistas Vale e BHP Billiton. Com base nele, foi criada a Fundação Renova, entidade responsável pela gestão de mais de 40 programas. Todas as medidas previstas deveriam ser custeadas pelas três mineradoras.

O objetivo da renegociação atual é selar um novo acordo que solucione mais de 80 mil processos judiciais acumulados. Nos processos, existem questionamentos sobre a falta de autonomia da Fundação Renova, os atrasos na reconstrução das comunidades destruídas, os valores indenizatórios e o não reconhecimento de parcela dos atingidos, entre outros tópicos.

No início de maio, a União e o Espírito Santo rejeitaram uma nova proposta de R$ 90 bilhões para reparação integral dos danos provocados pela tragédia de Mariana (MG). A quantia englobaria tanto danos materiais como os danos morais coletivos e foi considerada insuficiente pelas autoridades. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

PÁTIO ITAIM PAULISTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.432.125/0001-68

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.882	20.865
Adiantamentos a fornecedores	1.623.662	1.623.662
Total do ativo circulante	**1.632.544**	**1.644.527**
Não circulante		
Ativo não circulante mantido para venda	48.128.770	48.128.770
Total do ativo não circulante	**48.128.770**	**48.128.770**
Total do ativo	**49.761.314**	**49.773.297**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	-	44.188
Impostos e contribuições a recolher	3.198.662	2.167.214
Total do passivo circulante	**3.198.662**	**2.211.402**
Não circulante		
Impostos e contribuições a recolher	2.204.223	2.204.224
Total do passivo não circulante	**2.204.223**	**2.204.224**
Patrimônio líquido		
Capital social	70.218.405	69.180.315
Prejuízos acumulados	(25.859.976)	(23.822.644)
Total do patrimônio líquido	**44.358.429**	**45.357.671**
Total do passivo e patrimônio líquido	**49.761.314**	**49.773.297**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Total capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**74.610.143**	**(7.295.006)**	**67.315.137**	**(21.967.302)**	**45.347.835**
Integralização de capital	1.200.000	665.178	1.865.178	-	1.865.178
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.855.342)	(1.855.342)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**75.810.143**	**(6.629.828)**	**69.180.315**	**(23.822.644)**	**45.357.671**
Integralização de capital	3.000.000	(1.961.910)	1.038.090	-	1.038.090
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.037.332)	(2.037.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.810.143**	**(8.591.738)**	**70.218.405**	**(25.859.976)**	**44.358.429**

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
Despesas operacionais		
Administrativas, comerciais e gerais	(609.405)	(640.739)
Despesas tributárias	(542.125)	(459.500)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(1.151.531)**	**(1.100.239)**
Despesas financeiras	(886.005)	(755.387)
Receitas financeiras	204	284
	(885.801)	**(755.103)**
Prejuízo do exercício	**(2.037.332)**	**(1.855.342)**

Henrique Falzoni - Administrador
Vinicius Ricardo Pacovski
Contador - CRC 1SP 241079/O-9

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(2.037.332)**	**(1.855.342)**
Resultado abrangente total do exercício	**(2.037.332)**	**(1.855.342)**

Extrato das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(2.037.332)**	**(1.855.342)**
Ajuste por:		
Reversão impostos e contribuições	-	(53.435)
	(2.037.332)	**(1.908.777)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Adiantamentos a fornecedores	-	(860.000)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(44.188)	2.066
Impostos e contribuições a recolher	1.031.448	917.003
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(1.050.072)**	**(1.849.708)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	1.038.090	1.865.178
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**1.038.090**	**1.865.178**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.983)**	**15.470**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.865	5.395
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.882	20.865
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.983)**	**15.470**

Extrato do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 22 de março de 2024

São Paulo, 22 de março de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

PF cumpre mandados de prisão de foragidos da Operação Lesa Pátria

Uma ampla operação para cumprir mandados de prisão de centenas de pessoas investigadas por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas, foi deflagrada, na quinta-feira (6), pela Polícia Federal (PF).

As diligências fazem parte da Operação Lesa Pátria, que desde o ano passado apura os responsáveis e executores pelos ataques e já teve 27 fases. Ao todo, são 208 mandados de prisão preventiva, no Distrito Federal e em 18 estados.

Os alvos são pessoas foragidas ou que descumpriram medidas cautelares determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PF, até as 10h desta quinta 45 investigados já haviam sido presas, nos estados de Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Paraná e no Distrito Federal. “A Polícia Federal continua realizando diligências para localização e captura de outros 163 condenados ou investigados considerados foragidos”, informou a instituição.

“Mais de duas centenas de réus, deliberadamente, descumpriram medidas cautelares judiciais ou ainda fugiram para outros países, com o objetivo de se furtarem da aplicação da lei penal”, acrescentou a PF.

Alguns dos alvos da operação são procurados após terem violado tornozeleiras eletrônicas. Outros mandados miram pessoas que fugiram para países como a Argentina.

Todos os mandados de prisão foram assinados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, que é o relator das investigações sobre os atos antidemocráticos. Os alvos da operação desta quinta respondem pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido. (Agência Brasil)

ERRATA
Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda.
CNPJ - 15.517.191/0006-82
Miguel Donha Jr. - Leiloeiro Oficial
Matrícula:14/256L - Jucepar
www.donhaleiloes.com
Conforme publicação no dia **12/12/2023 Leilão N.º: 7945 - Lote N.° 55** no **Jornal O Dia SP**, faltou incluir o veículo:
Sinistro: 101160531012905 Chassi: 9886751CTNKL52490
Marca: JEEP Modelo: COMPASS
Descrição: COMPASS SERIE S T270 1.3 16V GSE TURBO

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.428.342/0001-19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2023

Balanços patrimoniais - Em milhares de reais

Ativo	Notas	2023	2022 Reapresentado NE 2.7	1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.930	4.629	467
Aplicações financeiras	4	28.451	34.398	17.346
Tributos a recuperar	5	7.234	4.815	3.019
IR e CS		11	11	11
Dividendos a receber	6	-	15.157	27.565
Juros sobre capital próprio a receber	6	10.765	749	9.349
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	22.950	38.470	27.534
Outros ativos		-	-	1
Total do circulante		**74.341**	**98.229**	**85.292**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	6	242.599	167.600	87.100
Total do realizável a longo prazo		**242.599**	**167.600**	**87.100**
Investimentos	8	896.366	817.663	660.611
		896.366	817.663	660.611
Total do não circulante		**1.138.965**	**985.263**	**747.711**
Total do ativo		**1.213.306**	**1.083.492**	**833.003**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022 Reapresentado NE 2.7	1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7
Circulante				
Tributos a recolher	5	2.954	37	405
IR e CS		-	65	325
Juros sobre capital próprio a pagar	6	9.966	-	-
Partes relacionadas	6	2.317	-	-
Dividendos a pagar	6	14.750	20.508	41.048
Outros passivos		9	5	32
Total do circulante		**29.996**	**20.615**	**41.810**
Patrimônio líquido				
Capital social	9	650.000	650.000	400.000
Ações em tesouraria		(35.114)	(35.114)	(35.114)
Reserva de capital		1.055	1.055	1.055
Ajustes de avaliação patrimonial		182.225	199.078	126.512
Reservas de lucros		385.144	247.858	298.740
Total do patrimonio líquido		**1.183.310**	**1.062.877**	**791.193**
Total do passivo e do patrimonio líquido		**1.213.306**	**1.083.492**	**833.003**

Demonstração do Resultado

	Notas	2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Receitas líquidas	10	345	288
Lucro bruto		**345**	**288**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(2.941)	(1.641)
Resultado de equivalência patrimonial	8	156.676	206.328
Outras receitas (despesas) operacionais	12	-	2.500
		153.735	207.187
Lucro operacional		**154.080**	**207.475**
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		12.792	7.787
Despesas financeiras		(6.648)	(3.636)
		6.144	4.151
Lucro antes do IR e da CS		**160.224**	**211.626**
IR e CS			
Correntes		(4.993)	(3.048)
Lucro líquido do exercício		**155.231**	**208.578**
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	14	**19,8057**	**26,6122**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Nota	2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		155.231	208.578
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros hedge accounting, líquidos de impostos	9 (b)	(3.309)	45.338
Variação no valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(13.555)	9.531
Resultado abrangente do exercício		**138.367**	**263.447**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**155.231**	**208.578**
Ajustes			
Valor justo de ativos financeiros	7	2.863	(1.184)
Juros, variações monetárias, líquidas	13	(765)	(2.462)
Resultado de equivalência patrimonial	8 (a)	(156.676)	(206.328)
IR e CS corrente		4.993	3.048
		5.646	1.652
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar		(2.419)	(3.896)
Outros ativos		-	1
Salários e contribuições sociais a pagar		-	1
Tributos a recolher		(7.879)	(368)
Outros passivos		4	(1.674)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(4.648)**	**(4.284)**
Pagamento de IR e CS		(65)	(1.066)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(4.713)**	**(5.350)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimento em títulos e valores mobiliários		(16.388)	(15.999)
Aplicação de recursos em investimentos		(1.469)	(1.010)
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de investidas		113.311	137.021
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		**95.454**	**120.012**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	6	(72.682)	(80.500)
Pagamentos de dividendos	6	(17.758)	(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(90.440)**	**(110.500)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		301	4.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.629	467
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**4.930**	**4.629**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	Capital Social	Ações em tesouraria de investida indireta	Reserva de capital de investida indireta	Ativos financeiros disponíveis para venda	Deemed Cost	Hedge accounting	Outros	Legal	Retenção	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Ajustes de avaliação patrimonial de investidas						Reservas de lucros				
Saldo em 31/03/2021		400.000	(35.114)	1.055	9.895	184.892	(66.718)	(1.557)	36.291	277.096	-	-	805.840
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	(14.647)	-	-	(14.647)
Saldo em 1/04/2021 (Reapresentado NE 2.7)		400.000	(35.114)	1.055	9.895	184.892	(66.718)	(1.557)	36.291	262.449	-	-	791.193
Aumento de capital com reservas		250.000	-	-	-	-	-	-	-	(250.000)	-	-	-
Dividendos adicionais deliberados no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	11.050	-	-	11.050
Variação de participação em investida reflexa	9 (b)	-	-	-	-	17.688	-	9	-	-	-	-	17.697
Variação do valor justo de ativos financeiros	7	-	-	-	9.531	-	-	-	-	-	-	-	9.531
Resultado com derivativos - hedge accounting de investida	9 (b)	-	-	-	-	-	45.338	-	-	-	-	-	45.338
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208.578	208.578
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas	9 (d)	-	-	-	-	-	-	-	10.429	-	-	(10.429)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	9 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.510)	(20.510)
Reserva de retenção de lucros	9 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	177.639	-	(177.639)	-
Saldo em 31/03/2022 (Reapresentado NE 2.7)		650.000	(35.114)	1.055	19.426	202.580	(21.380)	(1.548)	46.720	201.138	-	-	1.062.877
Distribuição de dividendos inferiores mínimo garantido		-	-	-	-	-	-	-	-	8.508	-	-	8.508
Juros sobre o capital proprio deliberado no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.706)	-	-	(11.706)
Variação de participação em investida reflexa	9 (b)	-	-	-	-	-	(3.309)	11	-	-	-	-	(3.298)
Variação do valor justo de ativos financeiros	7	-	-	-	(13.555)	-	-	-	-	-	-	-	(13.555)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Destinação do lucro:													
Constituição de reservas	9 (d)	-	-	-	-	-	-	-	7.762	-	-	(7.762)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	9 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.747)	(14.747)
Reserva de retenção de lucros	9 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	132.722	-	(132.722)	-
Saldo em 31/03/2023		650.000	(35.114)	1.055	5.871	202.580	(24.689)	(1.537)	54.482	330.662	-	-	1.183.310

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais A Dimas Ometto Participações S.A. ("Companhia") está sediada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a administração de bens móveis e imóveis, próprios e a participação societária no capital de outras empresas. Como parte de seus objetivos estratégicos, a Companhia mantém os seguintes investimentos (diretos e indiretos):

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 29/05/2024. **Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras das coligadas** Os possíveis impactos da COVID-19 foram refletidos nas estimativas e julgamentos realizados pelas coligadas do Grupo na preparação de suas demonstrações financeiras. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos, nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de *impairment* de ativos não financeiros para exercício de 31/03/2023. Na data em que foi autorizada a emissão das demonstrações financeiras, a administração avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício de 31/03/2023 decorrentes dos possíveis impactos da COVID -19. **Guerra entre Ucrânia e Rússia** O conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve início em 20/02/2022, tem impactado o cenário econômico global. No setor sucroenergético, tal impacto pode afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, adubos, petróleo e outras commodities. A Companhia possui coligadas que atuam nesse setor, sendo assim, acompanha a situação de maneira que possa adotar medidas para minorar os possíveis efeitos. **2. Resumo das políticas contábeis significativas** As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes e próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, bem como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou por meio do resultado abrangente. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A administração entende que não existem áreas que requerem maior nível de julgamento ou possuem maior complexidade que possam afetar de forma relevante as demonstrações financeiras. **2.2 Coligadas** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas coligadas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Instrumentos financeiros** *a)* **Ativos financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. *(i)* **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por i*mpairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *(ii)* **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. *(iii)* **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. *(iv)* **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. As perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. *b)* **Passivos financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *c)* **Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. As coligadas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. *d)* **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6 Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Classificação	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	4.930	4.629
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	28.451	34.398
Dividendos a receber	Custo Amortizado	-	15.157
Juros sobre capital próprio a receber	Custo Amortizado	10.765	749
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.950	38.470
Partes relacionadas	Custo Amortizado	242.599	167.600
Total dos ativos financeiros		**309.695**	**261.003**
Passivos financeiros			
Dividendos a pagar	Custo Amortizado	14.750	20.508
Juros sobre capital próprio a pagar	Custo Amortizado	9.966	-
Partes relacionadas	Custo Amortizado	2.317	-
Outros passivos	Custo Amortizado	9	5
Total dos passivos financeiros		**27.042**	**20.513**

2.7 Reapresentação das cifras comparativas No processo de revisão tributária e preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da coligada Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP") para o exercício findo em 31/03/2023, a administração dela, com apoio de assessores jurídicos, entenderam que: (i) Considerando que a LOP possuía participação societária de 55,31% na Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool ("USC"); (ii) Considerando que a LOP alienou a totalidade de sua participação societária na empresa USC à empresa São Martinho S.A. ("São Martinho"), em junho de 2014; (iii) Considerando que a São Martinho, após essa aquisição, incorporou a USC; (iv) Considerando que a empresa USC possuía ativos e passivos contingentes que não fizeram parte dessa alienação, ou seja, permaneceram de direito e obrigação desta Companhia, em especial, "direitos sobre ação de preços" ajuizada pela empresa Copersucar S.A. contra a União Federal (Processo do IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool) que discutia danos emergentes provocados pelo congelamento de preços arbitrado pelo governo brasileiro em face a empresas que comercializavam açúcar e álcool, dentre essas, a USC; (v) Considerando que na alienação da participação societária da LOP na empresa USC para São Martinho não incluiu determinados ativos e passivos contingentes, nesse caso, substancialmente, direitos sobre o Processo do IAA ajuizada pela empresa Copersucar; (vi) Considerando que a ação relacionada ao Processo do IAA obteve êxito junto a União Federal, em junho de 2018 e de 2019 que gerou pagamentos relevantes à Copersucar S.A. que, por sua vez, repassou para São Martinho relativo a parte da USC (incorporada pela São Martinho); e (vii) Considerando que a São Martinho repassou, consequentemente, para a LOP, os respectivos valores recebidos relativo à participação na USC, líquidos de impostos. Em fevereiro de 2023, a LOP recebeu notificação das autoridades fiscais questionando a tributação sobre os valores recebidos através do repasse da São Martinho em decorrência do Processo de IAA. Diante da incerteza no entendimento da autoridade fiscal sobre a tributação desses valores, a administração da LOP, com apoio de seus assessores jurídicos, revisitou o tratamento fiscal até então adotado a luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e concluiu ser necessário o registro dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre estes valores recebidos, na modalidade de ganho de capital. Em decorrência da avaliação realizada por essa investida, as obrigações acessórias dos exercícios afetados foram retificadas na investida. Nesse contexto, os seguintes ajustes que impactam exercícios anteriores foram identificados e contabilizados nas demonstrações financeiras correspondentes da investida LOP, apresentadas para fins comparativos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro, a saber: a) Depósitos judiciais b) Imposto de renda e contribuição social c) Imposto de renda e contribuição social diferidos d) Provisão para contingências e) Reserva de lucros. Na Companhia, como os números da investida vêm por equivalência patrimonial, os efeitos da reapresentação nas demonstrações financeiras da Companhia são em investimentos e equivalência patrimonial na DRE e no PL e estão demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial – Em 31 de março

Ativo	Notas	2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7	1º abril de 2021 Originalmente apresentado	Ajustes	1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.629	-	4.629	467	-	467
Aplicações financeiras	4	34.398	-	34.398	17.346	-	17.346
Tributos a recuperar	5	4.815	-	4.815	3.019	-	3.019
Imposto de renda e contribuição social		11	-	11	11	-	11
Dividendos a receber	6	15.157	-	15.157	27.565	-	27.565
Juros sobre capital próprio a receber	6	749	-	749	9.349	-	9.349
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	38.470	-	38.470	27.534	-	27.534
Outros ativos		-	-	-	1	-	1
Total do circulante		**98.229**	**-**	**98.229**	**85.292**	**-**	**85.292**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Partes relacionadas	6	167.600	-	167.600	87.100	-	87.100
Total do realizável a longo prazo		167.600	-	167.600	87.100	-	87.100
Investimentos	8	839.609	(21.946)	817.663	675.258	(14.647)	660.611
		839.609	(21.946)	817.663	675.258	(14.647)	660.611
Total do não circulante		**1.007.209**	**(21.946)**	**985.263**	**762.358**	**(14.647)**	**747.711**
Total do ativo		**1.105.438**	**(21.946)**	**1.083.492**	**847.650**	**(14.647)**	**833.003**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresenntado NE 2.7	1º abril de 2021 Originalmente apresentado	Ajuste	1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7
Circulante							
Tributos a recolher	5	37	-	37	405	-	405
Imposto de renda e contribuição social		65	-	65	325	-	325
Juros sobre capital próprio a pagar		-	-	-	-	-	-
Partes relacionas		-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	6	20.508	-	20.508	41.048	-	41.048
Outros passivos		5	-	5	32	-	32
Total do circulante		**20.615**	**-**	**20.615**	**41.810**	**-**	**41.810**
Patrimônio líquido							
Capital social	9	650.000	-	650.000	400.000	-	400.000
Ações em tesouraria		(35.114)	-	(35.114)	(35.114)	-	(35.114)
Reserva de capital		1.055	-	1.055	1.055	-	1.055
Ajustes de avaliação patrimonial		199.078	-	199.078	126.512	-	126.512
Reservas de lucros		269.804	(21.946)	247.858	313.387	(14.647)	298.740
Total do patrimonio líquido		**1.084.823**	**(21.946)**	**1.062.877**	**805.840**	**(14.647)**	**791.193**
Total do passivo e do patrimonio líquido		**1.105.438**	**(21.946)**	**1.083.492**	**847.650**	**(14.647)**	**833.003**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de março:

	Notas	2022 Originalmente Apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7
Receitas líquidas	10	288	-	288
Lucro bruto		**288**	**-**	**288**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	11	(1.641)	-	(1.641)
Resultado de equivalência patrimonial	8	213.625	(7.297)	206.328
Outras receitas (despesas) operacionais	12	2.500	-	2.500
		214.484	(7.297)	207.187
Lucro operacional		**214.772**	**(7.297)**	**207.475**
Resultado financeiro	13			
Receitas financeiras		7.787	-	7.787
Despesas financeiras		(3.636)	-	(3.636)
		4.151	-	4.151
Lucro antes do IR e da CS		**218.923**	**(7.297)**	**211.626**
IR e CS				
Correntes		(3.048)	-	(3.048)
Lucro líquido do exercício		**215.875**	**(7.297)**	**208.578**
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	14	**27,5432**	**-**	**26,6122**

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de março:

	Nota	2022 Originalmente apresentado	Ajuste	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		215.875	(7.297)	208.578
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros hedge accounting, líquidos de impostos	9 (b)	45.338	-	45.338
Variação no valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		9.529	-	9.529
Resultado abrangente do exercício		**270.742**	**(7.297)**	**263.445**

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de março:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2022 Originalmente apresentado	Ajuste	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		**215.875**	**(7.297)**	**208.578**
Ajustes				
Valor justo de ativos financeiros	7	(1.184)	-	(1.184)
Juros, variações monetárias, líquidas	13	(2.462)	-	(2.462)
Resultado de equivalência patrimonial	8 (a)	(213.625)	7.297	(206.328)
IR e CS corrente		3.048	-	3.048
Ajuste anos anteriores investida	8 (a)	-	-	-
		1.652	-	1.652
Variações nos ativos e passivos				
Tributos a recuperar		(3.896)	-	(3.896)
Outros ativos		1	-	1
Salários e contribuições sociais a pagar		1	-	1
Tributos a recolher		(368)	-	(368)
Outros passivos		(1.674)	-	(1.674)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(4.284)**	**7.297**	**(4.284)**
Pagamento de IR e CS		(1.066)		(1.066)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(5.350)**	**7.297**	**(5.350)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em títulos e valores mobiliários		(15.999)		(15.999)
Aplicação de recursos em investimentos		(1.010)		(1.010)
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de investidas		137.021		137.021
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		**120.012**	**-**	**120.012**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	6	(80.500)		(80.500)
Pagamentos de dividendos	6	(30.000)		(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(110.500)**	**-**	**(110.500)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		4.162		4.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		467		467
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**4.629**	**-**	**4.629**

2.8 Investimentos Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente** Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou em 2023 por mudança de regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre o lucro para o Lucro Real, e em 2022, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidente sobre o lucro no regime de tributação pelo Lucro Presumido. **2.10 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** As alterações das normas citadas abaixo foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2023. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao CPC 26** - Apresentação das Demonstrações Contábeis: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenants). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1°/01/2024, no caso da Companhia, a partir e 1°/04/2024. Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o CPC emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. **Alteração ao CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. **Alteração ao CPC 32** - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. Não há outras normas CPC ou interpretações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações da Companhia. **3. Principais usos de estimativas e julgamentos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: *a)* **Valor justo dos instrumentos financeiros** A Companhia aplica CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Os ativos financeiros disponíveis para venda, mencionados na Nota 7, estão classificados no nível 1. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e Bancos	4.930	4.629
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.930	4.629
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos - Renda fixa (i)	28.451	34.398
Total de aplicações financeiras	28.451	34.398
Total de recursos disponíveis	**33.381**	**39.027**

(i) Os investimentos em renda fixa têm rendimentos correspondentes de 90,48% a 99% da variação do certificado de depósito interbancário – CDI. Os investimentos em renda variável têm seu rendimento relacionado ao desempenho futuro de ações. **5. Tributos** *a)* A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	2023	2022
Tributos a recuperar		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.012	554
IRRF sobre juros capital próprio	6.222	4.261
Total de tributos a recuperar	**7.234**	**4.815**

b) A composição dos saldos dos tributos a recolher está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Tributos a recolher		
PIS e COFINS	1.191	33
IRRF sobre juros capital próprio	1.759	-
Outros tributos	4	4
Total de tributos a recolher	**2.954**	**37**

6. Partes relacionadas *a)* **Saldos patrimoniais:**

Ativo Circulante	2023	2022
Dividendos a receber		
Luiz Ometto Participações S.A.	-	15.157
	-	15.157
Juros sobre capital próprio		
Luiz Ometto Participações S.A.	10.765	749
	10.765	749
Total do Ativo Circulante	**10.765**	**15.906**
Ativo Não Circulante		
Partes relacionadas - Empréstimos de mútuos (i)		
Marcelo Campos Ometto	40.441	27.939
Marcia Ometto Tank	2.000	2.000
GMO Empreendimentos e Participações Ltda.	80.858	55.861
MCOT Participações Ltda.	119.300	81.800
	242.599	167.600
Total do Ativo Não Circulante	**242.599**	**167.600**

(i) Os mútuos não incidem juros e não foi definido o seu vencimento, por esse motivo, estão classificados no ativo não circulante.

Passivo Circulante	2023	2022
Dividendos a pagar		
Grace Campos Ometto	4.918	6.838
GMO Empreendimentos e Participações Ltda.	4.916	6.835
MCOT Participações Ltda.	4.916	6.835
	14.750	20.508
Juros sobre capital próprio		
MCOT Participações Ltda.	3.322	-
GMO Empreendimentos e Participações Ltda.	3.321	-
Grace Campos Ometto	3.323	-
	9.966	-
Partes relacionadas		
Luiz Ometto Participações S.A.	2.317	-
	2.317	-
Total do Passivo Circulante	**27.033**	**20.508**

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração** A administração da Companhia é composta por seus acionistas, que dispensam remuneração anual como administradores. **7. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Os ativos se referem a pequena participação societária na usina São Martinho S.A. detida pela Companhia, caracterizada pela ausência de qualquer influência significativa nas decisões operacionais e financeiras e, portanto, avaliado como um instrumento financeiro de patrimônio mensurado ao valor justo. As variações no valor justo de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidas em outros resultados abrangentes, a partir do momento que foram assim classificadas, conforme eventos demonstrados no quadro abaixo, sob o título de "Ajustes subsequentes ao valor justo".

	São Martinho S.A
Saldo em 31 de março de 2021	**27.534**
Compra de ações	2.204
Venda de ações	(1.194)
Rendimentos	9.529
Permuta de ações, ao valor contábil	(342)
Ajustes subsequentes a valor justo	(527)
Permuta de ações, ao valor contábil	1.266
Saldo em 31 de março de 2022	**38.470**
Compra de ações	1.469
Resgate de ações	(602)
Variação do valor justo	(16.388)
Saldo em 31 de março de 2023	**22.950**

8. Investimentos *a)* **Informações sobre a investida**

Informações sobre as investidas	Nota	Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP") 2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Quantidade de ações possuídas		7.837.681	7.837.681
Percentual de participação		49,554%	49,554%
Capital social		500.000	500.000
Lucro líquido do exercício		316.176	416.375
Juros sobre capital próprio deliberado		73.623	50.566
Dividendos propostos e deliberados		77.068	176.080
Patrimônio líquido em 31 de março		1.808.895	1.650.066
Movimentação do investimento			
Saldo inicial		**817.663**	**660.611**
Resultado com derivativos - hedge accounting de coligada		(3.309)	45.338
Variação de participação em investida indireta reflexa	9 (b)	11	17.695
Equivalência patrimonial do exercício		156.676	206.328
Juros sobre capital próprio deliberado		(36.483)	(25.057)
Dividendos distribuídos/propostos		(38.192)	(87.252)
Saldos em 31 de março		**896.366**	**817.663**

Comentários sobre o investimento A LOP é uma holding que tem como principal investimento a participação societária no capital da LJN Participações S.A. que, por sua vez, é controladora da São Martinho S.A., companhia de capital aberto que explora a atividade sucroenergética com a produção de álcool, açúcar e energia elétrica derivados da cana- de-açúcar. Segue abaixo um sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da referida investida. As demonstrações financeiras completas da investida, que foram aprovadas por sua Administração em 05/03/2024, encontram-se disponíveis na Companhia para análises mais específicas:

Exercicios findos em 31 de março	2023	2022 representado NE 2.7
Ativo		
Circulante	44.888	28.615
Não circulante	1.847.830	1.700.894
Total do ativo	1.892.718	1.729.509
Passivo		
Circulante	75.461	62.719
Não circulante	8.362	16.724
Patrimônio líquido	1.808.895	1.650.066
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.892.718	1.729.509
Demonstração do resultado		
Receitas (despesas) operacionais	316.537	437.651
Resultado financeiro	2.947	2.833
IR e CS	(3.308)	(24.109)
Lucro líquido do exercício	316.176	416.375

9. Patrimônio Líquido *a)* **Capital social:** O capital social em 31/03/2023, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 650.000 (mesmo valor em 2022), está representado por 7.837.681 (mesma quantidade em 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/11/2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital de R$ 250.000, mediante a capitalização de da Reserva de lucros e a distribuição de dividendos inferiores ao mínimo, conforme artigo 22 do estatuto da Companhia, e a redução do percentual de dividendos mínimos obrigatórios de 25% para 10% sobre o lucro líquido deduzido da constituição da Reserva Legal. *b)* ***Ajustes de avaliação patrimonial de investidas (reflexos): Deemed cost*** Correspondem a mais-valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas da São Martinho S.A., Agro Pecuária Boa Vista, Imobiliária Paramirim S.A. e Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". Em 8/11/2021, a São Martinho S.A. e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento, gerando efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial no valor de R$ 17.690. ***Hedge accounting*** Correspondem aos resultados reflexo de operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, da São Martinho S.A., classificados como hedge accounting (proteção) de fluxo de caixa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorre a realização das operações correlatas na investida. ***Variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda*** Correspondem a variação reflexa de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda provenientes da participação societária na Usina São Martinho. *c)* **Destinação dos lucros** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 10% do lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal. Os dividendos e os juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em 19/12/2022 houve deliberação de distribuição de dividendos inferiores ao mínimo garantido, o que resultou no estorno de dividendos a pagar de R$ 8.508 (em 2022 – R$ 11.050). *d)* **Reserva legal e de retenção** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício, em 2023 e em 2022, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção". *e)* **Juros sobre o capital próprio - JCP** Os juros sobre o capital próprio - JCP, quando aplicáveis, são calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim, no decorrer do exercício, são deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, conforme facultado pela referida legislação, o referido montante pode ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (de 15%). *f)* **Reserva de incentivos fiscais - Reflexa** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/07/2016, os acionistas da São Martinho aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UBV, controlada da São Martinho. O montante registrado decorre do programa de incentivo fiscal junto ao estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. **10. Receitas**

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Juros sobre capital próprio	315	258
Aluguel de imóveis	30	30
Receitas líquidas	**345**	**288**

11. Despesas por natureza

Descrição	2023	2022
Serviços de terceiros	(689)	(452)
Aluguéis e condominios	(30)	(30)
Impostos e taxas	(2.158)	(1.063)
Outras despesas	(64)	(96)
Despesas gerais e administrativas	**(2.941)**	**(1.641)**

12. Outras receitas operacionais

Descrição	2023	2022
Outras despesas operacionais		
Resultado na venda de ações	-	2.500
Total de outras despesas operacionais	**-**	**2.500**
Outras receitas (despesas), líquidas	**-**	**2.500**

13. Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.718	5.760
Dividendo de ações	555	1.684
Outras receitas	519	343
Total das receitas financeiras	**12.792**	**7.787**
Despesas financeiras		
Perdas com aplicações financeiras de renda variável	(6.558)	(3.609)
Outras despesas	(90)	(27)
Total das despesas financeiras	**(6.648)**	**(3.636)**
Resultado financeiro	**6.144**	**4.151**

14. Lucro por ação O lucro básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias", conforme definição do CPC 41, em circulação durante o período.

	2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	155.231	208.578
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no exercício	7.837.681	7.837.681
Lucro por ação (em reais)	19,81	26,61

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação. **15. Gerenciamento de riscos** A Companhia, através de suas coligadas indiretas, está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol das coligadas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** A Companhia não possui dívidas bancárias e não há até o presente momento necessidade de captação de recursos de terceiros para a manutenção de suas atividades. No entanto no caso de necessidade de qualquer captação através de empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. **Risco de crédito** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. **Risco de liquidez** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **16. Eventos Subsequentes** Foram recebidos da investida LOP Participações o valor de R$ 14.317 referente a JCP em junho de 2023 e R$ 13.378 em março de 2024. Em agosto de 2023, foi distribuído R$ 12.993 de JCP referente ao 2º trimestre de 2023.

Contador - Responsável Técnico

valorup

Durvalino Corrêa Junior - CRC 1SP222726/O-0
ValorUp Contabilidade Ltda - CRC2SP028584/O-2

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas Dimas Ometto Participações S.A. Américo Brasiliense/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Dimas Ometto Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimas Ometto Participações S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação... quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4
Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo 30 dias. **Processo nº 1003515-39.2018.8.26.0505.** A Doutora Maria Carolina Marques Caro Quintiliano, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de Ribeirão Pires/SP. **FAZ SABER** aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, e ainda, **PEDRO CORREA DANTAS**, que **EDUARDO SOUZA COLTURATO** e **VIVIANE COELHO DA SILVA**, ajuizaram uma ação de **USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio do Lote de Terreno nº 49 na quadra 11 do loteamento Jardim Santa Rosa na cidade de Ribeirão Pires/SP [...]. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após o prazo de 30 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **1055031-16.2022.8.26.0002** [...] Dado e passado nesta cidade de São Paulo. **[06,07]**

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 3.300.192.087

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fiduciário**"), vem convocar os titulares das Debêntures da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Unigel Participações S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A.*", celebrado em 28 de março de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário [...], a se reunirem em primeira convocação, no dia 26 de junho de 2024, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**") [...] a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia [...].

[...] com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) e foi publicado observando-se as condições previstas no artigo 4.18 da Escritura de Emissão. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 5 de junho de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 08.769.451/0001-08 - NIRE 35300340949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 69ª (SEXAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em **Série Única da 69ª (Sexagésima Nona) Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Gerivatiba, 207 – 16º andar, conjunto 162, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Butantã, CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os e os representantes da Emissora, nos termos da Cláusula 14.3.2 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 69ª (Sexagésima Nona) Emissão da Virgo Companhia de Securitização*", celebrado em 14 de março de 2023, conforme aditado em 17 de março de 2023 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em **1ª (primeira) convocação**, para assembleia especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), **a ser realizada em 26 de junho de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovar, ou não, a não declaração do Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, nos termos da cláusula 6.1.2, item (i), do Instrumento de Emissão das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforme cláusula 8.1, item (ii), do Termo de Securitização, em razão do descumprimento pela Devedora, de obrigações pecuniárias, caracterizadas pelo não pagamento das parcelas de Remuneração das Notas Comerciais e, consequentemente impossibilitando os pagamentos das PMTs dos CRI devidas nos meses de junho de 2023 até junho de 2024; **(ii)** Aprovar, ou não, a não declaração do Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, nos termos da cláusula 6.1.2, item (ii), do Instrumento de Emissão das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforma cláusula 8.1, item (ii), do Termo de Securitização , em razão do descumprimento de obrigação não pecuniária, consistente no envio dos documentos listadas no Anexo II do Material de Apoio; **(iii)** Caso não seja declarado o Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforme itens "i" e "ii" acima, autorizar a incorporação do saldo devedor em atraso, no saldo devedor a vencer. Sendo certo que serão considerados os Encargos Moratórios incorridos até a data da referida incorporação na mensuração do saldo devedor em atraso; **(iv)** Caso aprovadas as disposições previstas no item "iii" acima, autorizar a alteração dos percentuais de amortização das Notas Comerciais e dos CRI, de modo que o Cronograma de Pagamentos das Notas Comerciais previsto no Anexo I do Instrumento de Emissão das Notas Comerciais e o Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização previsto no Anexo II do Termo de Securitização, passem a vigorar conforme o Anexo III e IV do Material de Apoio. Sendo certo que, a partir da data da incorporação, caso, nas Datas de Pagamentos previstas, não haja fluxo financeiro suficiente para o pagamento integral as parcelas de amortização e remuneração, a remuneração não paga deverá ser incorporada ao saldo devedor, sem encargos; **(v)** Caso não seja declarado o Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforme itens "i" e "ii" acima, autorizar a inclusão da Ermoso Engenharia Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n° 44.949.562/0001-51, no rol de empresas Avaliadoras, previsto na cláusula 1.11, item (ii), alínea (e), dos Contratos de Alienação Fiduciária, mediante aditamento aos Documentos da Operação aplicáveis; **(vi)** Caso não seja declarado o Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforme itens "i" e "ii" acima, aprovar a formalização de garantia adicional na forma de uma cessão fiduciária de precatório a ser expedido em decorrência da ação judicial nº 1045208-78.2023.8.11.0041, em fase apuração de valor devido em cumprimento de sentença ("Precatório"), conforme cópias do processo constantes no Anexo V do Material de Apoio, que garantirá proporcionalmente as Obrigações Garantidas dos CRI e as Obrigações Garantidas vinculadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 199ª Série da 4ª (quarta) Emissão da Emissora ("CRI 199ª Série da 4ª Emissão"), sendo certo que esta garantia assumirá caráter de subordinação no âmbito desta emissão e dos CRI 199ª Série da 4ª Emissão em relação a outra operação de dívida que estará, prioritariamente, garantida pela cessão fiduciária de precatórios; **(vii)** Caso não seja declarado o Resgate Antecipado Não Automático das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, conforme itens "i" e "ii" acima, deliberar sobre a formalização de garantia adicional na forma de uma cessão fiduciária de conta vinculada a ser indicada no Ofício Requisitório para o recebimento do precatório, onde deverão ser depositados os recebíveis decorrentes do Precatório, que garantirá proporcionalmente as Obrigações Garantidas dos CRI e as obrigações garantidas vinculadas aos CRI 199ª Série da 4ª Emissão, sendo certo que esta garantia assumirá caráter de subordinação no âmbito dos CRI e dos CRI 199ª Série da 4ª Emissão em relação a outra operação de dívida que estará, prioritariamente, garantida pela cessão fiduciária de conta vinculada; e **(viii)** Autorizar a contratação de assessores legais, às expensas da Devedora, conforme cláusula 16.3 do Termo de Securitização, para apresentar no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados da data da assembleia, os respectivos instrumentos necessários para implementar o que fora deliberado nos itens acima, inclusive a realização de Due Diligence e emissão de Parecer Legal com relação ao item "vi" da Ordem do Dia, providenciando a expedição de certidão de objeto e pé e demais documentos necessários à formalização da cessão fiduciária do precatório, restando autorizado também o Agente Fiduciário e a Emissora a praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas e aprovadas na ata de assembleia. **Instruções Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora e o Agente Fiduciário deixam registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRI presentes na Assembleia Especial. Já as deliberações serão tomadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) da totalidade dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRI que representem a maioria dos presentes, conforme cláusula 14.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 06 de junho de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1060339-30.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços. Exequente: Strong Consultoria Educacional Ltda. e outro. Executado: Ronaldo Dimov. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1060339-30.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Vieira Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ronaldo Dimov (CPF. 143.355.338-45), que Strong Consultoria Educacional Ltda e Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizaram ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 22.511,08 (março de 2024), representada pelo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais nº 128867. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de maio de 2024. 07 e 08/06/2024

CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 20.080.672/0001-61 - NIRE 35.300.464.613

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 02/04/2024

Em 19/04/24, às 11h, na sede social. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Silvia Helena Saraiva Gomes -** Presidente e **Julio Luiz Marques** – Secretário. **Deliberações: (i)** Foram reeleitos como membros da Diretoria da Companhia, todos com mandato de 03 anos, com início em 02/05/2024: **Luiz Antonio de Paulo Marques**, CPF/MF sob nº 043.112.448-51, RG nº 8.835.073-3 SSP/SP, como Diretor-Presidente. Sr. **Mauricio Daniel Godoy Saraiva**, RG nº 30.784.726-3-SSP/SP, CPF/MF sob o nº 316.630.498-31, como Diretor sem designação específica, e Sra. **Silvia Helena Saraiva Gomes**, RG nº 5.681.324-7-SSP/SP, CPF/MF sob nº 989.706.828-72, como Diretora sem designação específica. **Mesa: Silvia Helena Saraiva Gomes -** Presidente; **Julio Luiz Marques** - Secretário. **JUCESP** - 194.343/24-8 em 02/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DIMENSA S.A.

CNPJ/MF nº 27.231.185/0001-00 - NIRE 35.300.568.98-2

RESUMO DA ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS, CONCOMITANTEMENTE, EM 29 DE ABRIL DE 2024

Em 29 de abril de 2024, às 10h, remotamente, com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, administradores e representante dos auditores independentes. **Presidente:** Caio Ibrahim David; **Secretária:** Lorena Rizzini de Leonel. **Deliberou-se: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos administradores e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com lucro líquido de R$ 78.972.879,00; **(ii)** Destinação do lucro: R$ 3.948.643,95 para reserva legal, R$ 41.691.519,94 como juros sobre capital próprio e R$ 33.332.715,11 para reserva estatutária; **(iii)** Fixação da remuneração global dos administradores para 2024 em até R$ 10.167.690,00. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alteração do Artigo 2º, §2º, do Estatuto Social para refletir a criação de filial em Leopoldina, MG; **(ii)** Eleição de Vivian Broge como suplente do Conselho de Administração; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social. Ata lavrada na forma de sumário e assinada por todos os presentes via plataforma digital. São Paulo, 29 de abril de 2024. Caio Ibrahim David - Presidente; Lorena Rizzini de Leonel - Secretária. **JUCESP** nº 205.975/24-0 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

Nossa Senhora do Ó Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.861

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 24//04/2024, às 9h, na sede social. **Mesa: Presidente** – Silvia Helena Saraiva Gomes; **Secretário** - Antonio Carlos Lourenço Marques. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença da totalidade do capital social. **Deliberações: a)** A outorga de garantia, para operações de Empréstimos bancários junto ao Banco do Brasil, contraídos pelas empresas do Grupo Nossa Senhora do Ó, pelas Controladas, na qualidade de Arrendatárias, Auto Viação Urubupungá Ltda., CNPJ 61.487.799/0001-87 e Viação Cidade de Caieiras Ltda., CNPJ 71.896.880/0001-74, tendo como Arrendadora BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, CNPJ 31.546.476/0001-56; tendo como Condições do Arrendamento os valores orçados de R$ 18.441.648,45 e R$ 2.049.072,05, respectivamente; e **b)** Autorizada a administração da Sociedade a assinar todos os documentos pertencentes à operação em objeto e realizar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações ora aprovadas. São Paulo, 24/04/2024. Mesa: **Silvia Helena Saraiva Gomes -** Presidente; **Antonio Carlos Lourenço Marques -** Secretário. **JUCESP -** 198.936/24-2 em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Simples Energia S.A.

CNPJ/MF 41.677.088/0001-68- NIRE 35300569512

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Simples Energia S.A. ("Companhia") convida os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08:00 horas do dia19 de junho de 2024, em primeira convocação, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1308, conjunto 21, Bairro Vila Olimpia, CEP 04548-004, e de forma concomitante por vídeo conferência a ser disponibilizada na data, com a finalidade de análise, discussão e deliberação sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. Ciro Bustamante Junco, membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) recomposição do Conselho de Administração; (iii) reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) alteração da composição da Diretoria; e (v) reforma do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais**: Os acionistas presentes à Assembleia deverão provar sua condição na forma prevista no Art. 126 da Lei das S.A. O Acionista que será representado por procurador deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos e mandato e de representação na data da realização da Assembleia. São Paulo, 07/06/2024. Ettore V. Biagioni - Presidente do Conselho de Administração.

ABANDONO DE MERCADORIA

MAERSK AS, empresa constituída de acordo com a direito dinamarquês, neste ato representada por **MAERSK BRASIL BRASMAR**, inscrita no CPNJ sob o nº 30.259.220/0002-86, com sede na Rua Verbo Divino, nº 8º andar, São Paulo/SP, CEP 04.719-002 vem, por meio desse edital, tornar público o abandono da mercadoria vinculada aos conhecimentos de embarque 219350434; 219350423; 219350403; 218930094; 218930041, devidamente armazenada nas seguintes unidades de carga HASU4760203; SUDU6879766; MSKU0353620; MSKU9008040; SUDU8517621; MRKU6086730; MRKU3475092; MRKU2362321; TCNU6913105; TGBU6314560; MRKU2741773; CIPU5084001; MIEU3026872; MRKU2428326; MRKU2743858; MSKU1677352; TCNU2565130; PONU7612066; TCLU8315867; SEGU4495503; MSKU1964748; MSKU8693170; GESU6009340; MRSU5881088; MRKU3377917; MSKU1695720; a qual foi embarcada no Porto de Itajaí por VOX SHIPPING DO BRASIL AGENCIAMENTO LTDA com destino à CHINA, tendo como consignatário indicado a empresa TRIMAN SHIPPING CO LTD. A referida mercadoria, individualizada nos instrumentos de embarque como eucalyptus grandis wood logs, foi devidamente entregue na China, ocasião na qual foi abandonada sem que nenhuma das partes envolvidas tomasse as providências necessárias. Em razão da necessária mitigação dos danos, a mercadoria encontra-se atualmente no Panamá, onde ficará até o prazo desse edital. Devidamente contatadas, restaram silentes, configurando o abandono da mercadoria. Sem prejuízo das disposições contratuais acerca dos custos suportados pela MAERSK AS e suas representantes, o presente edital será publicado pelo prazo de 20 dias, sendo que após o transcurso do prazo a mercadoria será considerada abandonada, podendo MAERSK AS e suas representantes dispor da mercadoria de modo adequado para mitigação dos prejuízos já apurados e pendentes de aprovação. São Paulo, 09 de maio de 2024.

FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 31.536.951/0001-03 - NIRE Nº. 35300521382 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 23 de maio de 2024, às 12h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação [...]. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. [...] **7. ENCERRAMENTO:** [...] São Paulo/SP, 23 de maio de 2024. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** [...] JUCESP nº 214.451/24-0 em 29.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VT COMÉRCIO DIGITAL S.A. – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF nº 15.760.400/0001-72 - NIRE 35.300.538.927

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da acionista TOTVS S.A., situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Braz Leme, nº 1000, Bairro Casa Verde, CEP 02511-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da **VT Comércio Digital S.A.** – Em Liquidação ("Companhia") [...]. **3. Mesa:** Presidente: Marcelo Nastromagario; Secretária: Graziela Marques Conde. [...] Mesa: Marcelo Nastromagario - Presidente. Graziela Marques Conde - Secretária. **Acionistas: TOTVS S.A.** - Gilsomar Maia Sebastião - Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Juliano de Miranda Tubino - Diretor Vice-Presidente de Business Performance. **VTEX Brasil Tecnologia para E-Commerce Ltda.** - Rafael do Amaral Forte - Diretor Presidente. **JUCESP** - 208.586/24-6 em 23 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. 14ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. Processo nº: **1056287-64.2017.8.26.0100**. Classe – Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Carla Cristina Goncalves Gallego Lima. [...] 07 e 08/06/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1000227-02.2016.8.26.0005. [...] 07 e 08/06/2024

43ª Vara Cível - Foro Central. 43º Ofício. Citação - Prazo 20 dias - Processo 1067515-60.2022.8.26.0100. O Dr. Paulo Rogério Santos Pinheiro, Juiz de Direito da 43ª Vara Cível - Foro Central. Faz Saber a Neilson Silva Docilio, CPF 026.495.085-23, que Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. [...] São Paulo, 02 de abril de 2024. Paulo Rogério Santos Pinheiro - Juiz de Direito. N - 07 e 08

DIMENSA S.A.

CNPJ/MF nº 27.231.185/0001-00 - NIRE 35.300.568.98-2

RESUMO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 25/04/2024

Em 25 de abril de 2024, às 10h, remotamente, com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Presidente:** Caio Ibrahim David; **Secretária:** Lorena Rizzini de Leonel. **Deliberou-se: (i)** Aprovação da distribuição de juros sobre o capital próprio [...]. **JUCESP** nº 206.223/24-9 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. 14ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. Processo nº: **1059322-32.2017.8.26.0100** [...] Christopher Alexander Roisin. Juiz de Direito. 07 e 08/06/2024

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, JHONATA COSTA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior, administrador, RG nº 49.746.914-5-SSP/SP, CPF nº 369.463.918-70, domiciliado nesta Capital, residente na Avenida Chibarás nº 44, apartamento nº 1905, Moema, fica intimado a purgar a mora referente a 09 (nove) prestações em atraso, vencidas de 17/08/2023 a 17/04/2024, no valor de R$26.828,69 (vinte seis mil oitocentos e vinte oito reais e sessenta e nove centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$31.031,26 (trinta e um mil e trinta e um reais e vinte seis centavos), que atualizado até 10/08/2024, perfaz o valor de R$40.702,42 (quarenta mil setecentos e dois reais e quarenta e dois centavos)**, cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, para aquisição do imóvel localizado na Avenida Jandira nº 404, apartamento nº 38, localizado no 3º andar do Residencial Heller Flex Moema, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 10 na matrícula nº 165.366. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 06 de junho de 2024. O Oficial.

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Oficial do 2º Registro de Imóveis da Capital, faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 26.391.729-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 261.211.648-67 e sua esposa ELIANE CORREA MIOTTO, brasileira, psicóloga, portadora da cédula de Identidade RG nº 16.989.994-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 548.341.396-20, casados sob o regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei. 6.515/77, INSTITUÍRAM, nos termos dos artigos 70 a 73 do Código Civil Brasileiro, BEM DE FAMÍLIA, sobre o imóvel que assim se descreve e caracteriza: APARTAMENTO DUPLEX nº 122, localizado no 22º e 23º andares do "EDIFÍCIO EXCLUSIVE PERDIZES", situado na Rua Tucuna, nº 662, no 19º Subdistrito - Perdizes, contendo a área privativa coberta de 251,040m² área privativa descoberta de 93,140m², área comum coberta (incluso 05 vagas de garagem) de 158,707m², área comum descoberta de 38,841m², área total de 541,728m², e a fração ideal no terreno de 3,2267%, cabendo-lhe o direito de uso comum e indeterminado de 5 (cinco) vagas de garagem para automóveis de passeio e 01 (um) hobby box, localizados no 1º, 2 e 3º subsolos do edifício; adquirido por força da escritura de 02 de maio de 2024 (Livro 4793, página 289/294) do 19º Tabelionato de Notas desta Capital, registrada sob nº 8, na Matrícula nº 114.203, desta Serventia, encontrando-se o referido imóvel lançado pela Prefeitura do Município de São Paulo sob o código de contribuinte nº 022.066.0494-9, e ao qual, para os devidos fins, foi atribuído o valor de R$-4.750.000,00. Instituição est, feita nos termos da escritura de 02 de maio de 2024 (Livro 4793, fls 295/299) e ata retificativa de 17 de maio de 2024 (Livro 4800, fls. 391) ambas do 19º Tabelionato de Notas da Capital, e, ainda, de conformidade com a legislação dos Registros Públicos, especialmente na forma do disposto nos artigos 260 e seguintes da Lei nº 6.015/73 e ainda a Lei 8.009, de 29/03/1990. Assim, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da publicação, reclamar, com base na legislação própria, contra essa instituição, por escrito e perante o Oficial que esta subscreve, na sede do 2º Registro de Imóveis. São Paulo, 06 de junho de 2024.

O.E.S. Participações S.A.

CNPJ 07.594.905/0001-86 — NIRE 35300325427

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: em 29 de abril de 2024, às 18h00, na sede social da O.E.S. PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, 1938, 17º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Paulo Setúbal Neto - Presidente; e Ricardo Egydio Setubal - Secretário. [...] JUCESP sob nº 211.112/24-0, em 24.05.2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Saraiva Educação S.A. e Controladas

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria permanece à disposição dos senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas, encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	–	948	–	953
Títulos e valores mobiliários	8	103.289	36.857	103.289	40.212
Contas a receber	9	33.290	34.818	33.290	36.712
Estoques	10	47.682	45.943	47.682	46.545
Adiantamentos		2.509	7.991	2.509	7.991
Tributos a recuperar	11	13.675	22.494	13.675	22.808
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	10.763	6.728	10.763	6.860
Outros créditos		1.600	585	1.600	585
Partes relacionadas - outros	21	28.092	17.415	28.092	17.415
Total do ativo circulante		**240.900**	**173.779**	**240.900**	**180.081**
Ativos mantidos para venda	4	27.488	–	27.488	–
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	11	10.667	24.262	10.667	24.625
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	26.890	13.591	26.890	13.761
Outros créditos		–	4	–	4
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	19	1.186	1.437	1.186	1.437
Depósitos judiciais	19	68	97	68	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	83.448	66.548	83.448	66.548
Partes relacionadas - outros	21	8.735	8.223	8.735	8.223
Investimentos	13	–	6.125	–	600
Imobilizado	14	150	220	150	220
Intangível	15	24.265	11.725	24.265	11.725
Total do ativo não circulante		**155.409**	**132.232**	**155.409**	**127.240**
Total do ativo		**423.797**	**306.011**	**423.797**	**307.321**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores		16.610	19.132	16.610	19.324
Fornecedores risco sacado	16	120.552	40.362	120.552	40.362
Obrigações trabalhistas	17	18.986	22.772	18.986	22.772
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.373	–	1.373	1.059
Tributos a pagar		3.875	3.440	3.875	3.440
Adiantamentos de clientes		2.992	2.956	2.992	2.956
Dividendos a pagar		3.950	–	3.950	–
Demais contas a pagar		248	246	248	247
Partes relacionadas	21	36.567	21.288	36.567	21.346
		205.153	**110.196**	**205.153**	**111.506**
Passivos mantidos para venda	4	2.866	–	2.866	–
Não circulante					
Fornecedores risco sacado	16	3.461	–	3.461	–
Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	18	31.201	30.593	31.201	30.593
		34.662	**30.593**	**34.662**	**30.593**
Total do passivo		**239.815**	**140.789**	**239.815**	**142.099**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	130.084	373.043	130.084	373.043
Reservas de capital		879	361	879	361
Reservas de lucro		50.153	–	50.153	–
Prejuízos acumulados		–	(208.182)	–	(208.182)
Total do patrimônio líquido		**181.116**	**165.222**	**181.116**	**165.222**
Total do passivo e patrimônio líquido		**423.797**	**306.011**	**423.797**	**307.321**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	23	**161.363**	**68.968**	**163.344**	**70.876**
Custo das vendas e serviços					
Custo dos serviços prestados	24	(41.307)	(26.374)	(40.091)	(26.374)
Custo dos produtos vendidos	24	(64.210)	(13.575)	(65.426)	(13.575)
		(105.517)	(39.949)	(105.517)	(39.949)
Lucro bruto		**55.846**	**29.019**	**57.827**	**30.927**
Despesas operacionais					
Com vendas	24	(1.930)	–	(1.930)	–
Gerais e administrativas	24	(5.331)	(5.185)	(6.841)	(5.339)
Provisão para perda esperada	24	(5.640)	6.732	(5.640)	6.445
Outras receitas operacionais	24	63	15	63	15
Equivalência patrimonial	13	565	1.339	(1)	(1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**43.573**	**31.920**	**43.478**	**32.047**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	2.966	8.890	3.297	9.377
Despesas financeiras	25	(11.102)	(5.879)	(11.110)	(5.912)
		(8.136)	3.011	(7.813)	3.465
Lucro operacional antes dos impostos		**35.437**	**34.931**	**35.665**	**35.512**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(1.984)	(3.366)	(2.212)	(3.894)
Diferidos	20	22.666	(10.656)	22.666	(10.709)
		20.682	(14.022)	20.454	(14.603)
Lucro das operações continuadas		**56.119**	**20.909**	**56.119**	**20.909**
Resultado das operações descontinuadas	4	10.971	7.309	10.971	7.309
Lucro líquido do exercício		**67.090**	**28.218**	**67.090**	**28.218**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	67.090	28.218	67.090	28.218
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**67.090**	**28.218**	**67.090**	**28.218**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.656	43.594	50.884	44.175
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	14 e 15	5.796	4.828	5.796	4.828
Provisão para perda esperada	9	5.640	(10.818)	5.640	(10.818)
(Reversão) provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	18	(350)	1.462	(350)	1.462
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	25	641	511	641	1.035
Outorga de opções de ações		518	85	518	85
Rendimentos sobre aplicações financeiras	25	(2.872)	(8.926)	(3.203)	(9.414)
Equivalência patrimonial	4 e 13	(2.817)	(3.964)	(2.251)	(2.624)
		57.212	**26.772**	**57.675**	**28.729**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) em contas a receber		(4.112)	(3.405)	(2.203)	(5.592)
(Aumento) em estoques		(19.457)	(2.273)	(18.815)	(2.914)
Redução (aumento) em adiantamentos		3.897	(2.319)	3.897	(2.319)
Redução em tributos a recuperar		6.147	16.082	6.077	15.503
Redução em depósitos judiciais		28	724	28	724
Redução (aumento) em partes relacionadas		1.540	(24.159)	1.519	(24.223)
(Aumento) em outros créditos		(1.014)	(585)	(1.012)	(585)
Aumento (redução) em fornecedores e fornecedores risco sacado		81.129	(22.722)	81.035	(22.245)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		(920)	2.648	(916)	2.491
(Redução) aumento em tributos a pagar		(2.660)	523	(3.149)	60
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		36	(3.391)	36	(3.391)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	18	(464)	(1.625)	(464)	(1.625)
Aumento (redução) nas demais contas a pagar		2	6	1	(520)
Caixa gerado pelas operações		**121.364**	**(13.724)**	**123.709**	**(15.907)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.067)	(3.303)	(1.135)	(3.332)
Caixa líquido gerado pela (aplicado na) atividade operacional		**120.297**	**(17.027)**	**122.574**	**(19.239)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (investimento) de títulos e valores mobiliários		(63.560)	223.575	(59.874)	225.791
Adições ao imobilizado	14	–	(121)	–	(121)
Adições ao intangível	15	(18.266)	(9.182)	(18.266)	(9.182)
Redução de caixa por reorganização societária	5	(30.000)	–	(35.968)	–
Caixa cedido em operação descontinuada	4	(2.866)	–	(2.866)	–
Recebimento de dividendos		1.200	3.235	1.200	3.235
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(113.492)**	**217.507**	**(115.774)**	**219.723**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Redução de capital	22	–	(200.000)	–	(200.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	22	(7.753)	–	(7.753)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(7.753)**	**(200.000)**	**(7.753)**	**(200.000)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(948)**	**480**	**(953)**	**484**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	948	468	953	469
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	–	948	–	953
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(948)**	**480**	**(953)**	**484**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais

Controladora

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: para investimento	Prejuízos ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**573.043**	**276**	**–**	**–**	**(236.400)**	**336.919**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	28.218	28.218
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	28.218	28.218
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Redução de capital		(200.000)	–	–	–	–	(200.000)
Opções outorgadas reconhecidas		–	85	–	–	–	85
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		(200.000)	85	–	–	–	(199.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**373.043**	**361**	**–**	**–**	**(208.182)**	**165.222**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	67.090	67.090
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	67.090	67.090
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Redução de capital por reorganização societária	5	(242.959)	–	–	–	206.866	(36.093)
Opções outorgadas reconhecidas		–	518	–	–	–	518
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal		–	–	3.289	–	(3.289)	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(11.671)	(11.671)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(3.950)	(3.950)
Reserva para investimentos		–	–	–	46.864	(46.864)	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		(242.959)	518	3.289	46.864	141.092	(51.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**130.084**	**879**	**3.289**	**46.864**	**–**	**181.116**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Saraiva Educação S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, fundada em 17 de outubro de 1978, tendo como acionista controladora a empresa Saber Serviços Educacionais S.A. ("Saber", "Controladora", e "Grupo", quando se referir à sua controladora Cogna Educação S.A., "Cogna", e suas controladas). A Companhia tem como objeto social: (a) edição de livros para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio e paradidáticos; (b) a formatação de conteúdo digital; (c) soluções educacionais estruturadas com conteúdo, tecnologia e serviços para educação básica; e (d) edição de conteúdo direcionado a produtos editoriais para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio e paradidáticos. A Companhia exerce influência significativa sobre a Saraiva Gestão de Marcas Ltda., atualmente com o percentual de 50% de participação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela Administração em 29 de abril de 2024. **2. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS *Practice Statement* 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota 2 em determinados casos (consulte a nota explicativa 2.21.1 (a) para obter mais informações). **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Sociedades consolidadas	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Controladas diretas:		
Editora Pigmento Ltda. (i)	0,0	100,0
Editora Joaquim Ltda. (i)	0,0	100,0
Editora Todas as Letras Ltda. (i)	0,0	100,0

(i) Em 14 de agosto de 2023, foi aprovada a redução da Companhia, por meio da qual foi efetuada a transferência das quotas das subsidiárias Editora Joaquim, Editora todas as Letras e Editora Pigmento, que passaram a ser controladas diretas da Saber; **b) Coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras da Companhia incluem a seguinte empresa coligada:

	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Coligadas:		
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	50,0
Minha Biblioteca (i)	0,0	20,0

(i) Relativo à participação acionária da controlada Saraiva Educação, representando o saldo de investimentos dos ativos mantidos para venda, conforme nota explicativa 4. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicável) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e partes relacionadas entre as Companhias. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para aqueles ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem. Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2023 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos a pagar a fornecedores, operações de risco sacado e valores a pagar para partes relacionadas. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment* de ativos financeiros: A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 9 (c). **2.7 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *"impairment"*. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. Especificamente para o produto SETS, considera-se o período de 540 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de *"impairment"* de ativos financeiros ao custo amortizado. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos editoriais (como por exemplo custos de *design*), matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. A Companhia efetua provisão para perdas de estoque de produtos acabados e matérias-primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização. A Administração avalia periodicamente a necessidade de enviar tais produtos para destruição. **2.9 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de mensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. (i) Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; (ii) É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou (iii) É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em virtude dos processos de negociação envolvendo a venda da operação do mercado livreiro de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), e em cumprimento ao disposto no CPC 31, a Companhia procedeu com reclassificação de seus ativos e passivos atrelados ao negócio SETS, para a linha de "ativos mantidos para venda" e "passivos mantidos para venda". Ainda conforme orienta o supracitado CPC 31, os impactos ao resultado do exercício atrelados a operação de "SETS", também foram reclassificados para linha específica no demonstrativo de resultado do período, denominada "resultado das operações descontinuadas". Adicionalmente, os saldos comparativos do resultado de 2022 estão sendo reapresentados para demonstrar o impacto obtido se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do ano anterior. Os saldos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram ajustados e segregados em ativos e passivos mantidos para a venda, enquanto o seu período comparativo permanece considerando a totalidade da operação, deste modo, a demonstração financeira do fluxo de caixa pelo método indireto segrega as operações continuadas na atividade de investimento, enquanto não há impacto no período comparativo. Maiores informações estão apresentadas na nota explicativa 4. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos) 2023	Vida útil (anos) 2022
Equipamentos de informática	3	3
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Edificações e benfeitorias (i)	5	5

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **2.11 Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador e marcas registradas. Anualmente é realizada a revisão da recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indeterminada e do ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill).* Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. a) *Softwares:* As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados ou para desenvolver novas funcionalidades para os existentes. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em até 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou projeto, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas e são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. b) Produção de conteúdo: As despesas de desenvolvimento com conteúdo de plataformas são capitalizadas apenas se puderem ser mensuradas com fiabilidade, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, se os benefícios económicos futuros forem prováveis e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido nos resultados quando incorrido. Após o reconhecimento inicial, as despesas de desenvolvimento são mensuradas ao custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da sua vida útil estimada de até 3 anos. A Companhia não identificou alterações na vida útil em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.12 *"Impairment"* de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment).* As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o valor em uso. Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, os ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, a Companhia identifica suas operações pela UGC K-12. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 15 (a). **2.13 Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores - risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. Adicionalmente a Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 12, ajusta a valor presente o passivo assumido junto aos fornecedores segregando os juros embutidos em cada negociação e apropriando em seu resultado financeiro, na rubrica de despesas financeiras. **2.14 Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$ 78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social. Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICPC22/IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia. **2.16 Benefícios a empregados: 2.16.01 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em "obrigações trabalhistas" mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano. **2.16.02 Pagamentos baseados em ações:** A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia. **2.18 Receita na venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; e (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), atreladas à educação básica: a) Venda de produtos: A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador. Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material. **2.19 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Despesa de juros de risco sacado; • Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios. São reconhecidas conforme a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos. **2.20 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, a Companhia mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). **2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 e novas normas e interpretações ainda não efetivas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.21.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** a) Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia (nota explicativa 2), mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. c) Alterações ao CPC 32/IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento

continua →★

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

Saraiva Educação S.A. e Controladas

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. d) CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros: Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11/IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 - Contratos de seguro é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. Este pronunciamento é aplicável aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **2.21.2 Novas normas ainda não efetivas:** As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras: A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não tem empréstimo bancário, debêntures ou outros passivos sujeitos a *covenants* específicos que possam resultar na antecipação do seu prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2023. b) Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos: As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação. c) CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21): A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação adicional. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar em diferenças aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco material, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos:** A Companhia não possui operações, em 31 de dezembro de 2023, que necessitem de julgamentos específicos. **3.2. Estimativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 *Income Taxes* - “*Liability Method*”) de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos, conforme nota explicativa 20. **b) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses (“ticket médio”), para os processos de natureza cível. Adicionalmente a Companhia também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.14 e 18. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **c) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 9 (c). **d) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **e) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** A Companhia adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. **4. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Conforme apresentado à nota explicativa 2.9, a Controladora (“Saber”) firmou em conjunto à empresa Grupo Editoral Nacional Participações S.A. (“GEN”), um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, pelo qual pactuou a compra da totalidade do capital social de sua controlada SRV Editora Ltda., a qual deterá, na data de fechamento da transação pactuada, todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica - focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS (Soluções Educacionais para Ensino Técico e Superior), relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional). (“Operação”). Em movimento ocorrido na mesma data, a Controladora Saber, com anuência da Cogna, assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças em conjunto ao Grupo Gen, no qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da SRV Editora Ltda. ao Grupo Gen. A SRV Editora Ltda. manterá toda operação de SETS do Grupo Cogna (atualmente em Saraiva Educação S.A.) após a conclusão da Operação. A operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A Operação também inclui a venda da totalidade da participação societária detida pela Companhia (20%) na Minha Biblioteca Ltda., sociedade formada por grupos editoriais para oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior. A conclusão da Operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que ocorreu em 04 de abril de 2024 sem ressalvas, conforme seu Boletim de Serviço Eletrônico. Com base nas informações acima apresentadas, nos comunicados ao mercado publicados, na aprovação prévia do CADE e na alta probabilidade de realização do negócio com a GEN, assim como demais ativos (estoque, adiantamentos e impostos diferidos), e passivos (obrigações trabalhistas), a Companhia reclassificou os saldos constantes no Balanço Patrimonial para a rubrica de “ativos mantidos para venda”, e “passivos mantidos para venda”. Adicionalmente, com relação aos impactos no resultado, a Companhia procedeu com a reclassificação dos saldos pertencentes ao negócio de SETS para a rubrica de “resultado das operações descontinuadas”, incluindo o resultado comparativo para o ano de 2022, o qual está sendo reapresentado, como orienta a referida norma. Apresentamos a seguir os efeitos decorrentes das reapresentações e divulgações da classificação dos ativos e passivos do negócio de SETS como operação descontinuada, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 31/ IFRS 5, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.866	1.194	Obrigações trabalhistas	2.866	1.194
Estoques	17.718	9.122			
Adiantamentos	1.585	1.366			
Total do ativo circulante	**22.169**	**11.682**	**Total do passivo circulante**	**2.866**	**1.194**
Não circulante			**Não circulante**		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.667	5.621			
Investimentos	1.652	600			
Total do ativo não circulante	**5.319**	**6.221**	**Total do passivo não circulante**	**–**	**–**
			Total do passivo	**2.866**	**1.194**
			Acervo líquido	24.622	16.709
Total do ativo	**27.488**	**17.903**	**Total do passivo e acervo líquido**	**27.488**	**17.903**

Demonstrativo de Resultado do Exercício	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	80.690	87.409
Custo das vendas e serviços	(42.170)	(47.732)
Lucro bruto	**38.520**	**39.677**
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(9.045)	(12.021)
Despesas gerais e administrativas	(15.719)	(23.468)
Provisão para perda esperada	(1.671)	4.373
Equivalência patrimonial	2.252	2.625
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	**14.337**	**11.186**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	4.062	1.507
Despesas financeiras	(3.180)	(4.030)
	882	**(2.523)**
Lucro operacional antes dos impostos	**15.219**	**8.663**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.149)	(1.189)
Diferidos	(2.099)	(165)
	(4.248)	**(1.354)**
Lucro das operações descontinuadas	**10.971**	**7.309**

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (i)	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliação ao resultado:		
Operações descontinuadas ao resultado	15.219	11.025
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Operações descontinuadas às atividades operacionais	(12.353)	(10.592)
Caixa líquido gerado (aplicado) pela atividade operacional	**2.866**	**433**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**–**	**–**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.866**	**433**

(i) Os saldos aqui apresentados estão sendo considerados integralmente às movimentações ocorridas nos demonstrativos dos fluxos de caixa. Apresentamos a seguir as principais movimentações resultantes das operações descontinuadas, e que são aplicáveis ao resultado da Companhia, conforme suas naturezas:

Receita Líquida:	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	88.905	97.302
Deduções da receita bruta		
Impostos	(2.337)	(2.093)
Descontos e devoluções	(5.878)	(7.800)
Receita líquida	**80.690**	**87.409**

Custos e despesas por natureza:	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos sociais	(16.142)	(18.352)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.671)	4.373
Publicidade e propaganda	(4.643)	(5.204)
Custo de livros comerciais	(10.037)	(10.879)
Custos com papel e gráfica	(22.362)	(17.764)
Custos editoriais	(9.771)	(19.089)
Utilidades, limpeza e segurança	(1.035)	(990)
Consultorias e assessorias	(31)	(36)
Outras despesas gerais	(2.913)	(10.907)
	(68.605)	**(78.848)**
Custo das vendas e serviços	(42.170)	(47.732)
Despesas com vendas	(9.045)	(12.021)
Despesas gerais e administrativas	(15.719)	(23.468)
Provisão para perda esperada	(1.671)	4.373
	(68.605)	**(78.848)**

5. Reorganização societária: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia realizou reestruturação societária e de capital com intuito de uma melhor segregação de suas operações e alocação de caixa, cedendo por meio dessas operações 100% de sua participação nas controladas Editora Joaquim, Editora Todas as Letras e Editora Pigmento, à sua Controladora Saber Serviços Educacionais S.A. (“Saber”), o que impactou, por consequência, os saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esta reestruturação, o capital da Companhia foi reduzido no montante de R$ 242.959, sendo R$ 35.968 em caixa e R$ 206.990 em demais ativos e passivos líquidos. Abaixo segue o acervo líquido que impactou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora			Consolidado
	Redução de capital	Transferência de ativos e passivos	Eliminação	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(30.000)	(5.968)	–	(35.968)
Contas a receber	–	15	–	15
Estoques	–	40	–	40
Tributos a recuperar	–	(585)	–	(585)
Total ativo circulante	**(30.000)**	**(6.498)**	**–**	**(36.498)**
Ativo não circulante				
Tributos a recuperar	–	(532)	–	(532)
Investimentos	(6.093)	–	6.093	–
Total ativo não circulante	**(6.093)**	**(532)**	**6.093**	**(532)**
Total do ativo	**(36.093)**	**(7.030)**	**6.093**	**(37.030)**
Passivo circulante				
Fornecedores	–	(98)	–	(98)
Obrigações trabalhistas	–	(4)	–	(4)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	(796)	–	(796)
Tributos a pagar	–	(2)	–	(2)
Partes relacionadas - outros	–	(37)	–	(37)
Total passivo circulante	**–**	**(937)**	**–**	**(937)**
Total do passivo	**–**	**(937)**	**–**	**(937)**
Capital social	(242.958)	(1.252)	1.252	(242.958)
Lucros (prejuízos) acumulados	206.865	(4.841)	4.841	206.865
Total do patrimônio líquido	**(36.093)**	**(6.093)**	**6.093**	**(36.093)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**(36.093)**	**(7.030)**	**6.093**	**(37.030)**

6. Gestão de risco financeiros: 6.1. Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidas pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Apresentamos a seguir a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados nos saldos patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros porque seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

Hierarquia do valor justo	Nível	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		–	948	–	953
Contas a receber		33.290	34.818	33.290	36.712
Outros créditos		1.600	589	1.600	589
Partes relacionadas - outros		36.827	25.638	36.827	25.638
		71.717	**61.993**	**71.717**	**63.892**
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	2	103.289	36.857	103.289	40.212
		103.289	**36.857**	**103.289**	**40.212**
Passivo - Custo amortizado					
Fornecedores		16.610	19.132	16.610	19.324
Fornecedores risco sacado		124.013	40.362	124.013	40.362
Demais contas a pagar		248	246	248	247
Partes relacionadas - outros		36.567	21.288	36.567	21.346
		177.438	**81.028**	**177.438**	**81.279**

6.2. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia e supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui qualquer operação com derivativos. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados a essas taxas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui passivos financeiros que possam incorrer em perdas decorrentes das flutuações nas taxas de mercado. **c) Risco de crédito:** É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos. Contas a receber: As contas a receber de clientes são compostas por distribuidoras de livros, Governo (PNLD), escolas, franqueados e pessoas físicas vinculadas à prestação de serviços de ensino básico. O risco dessa Companhia é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 5)		
AAA	–	953
	–	**953**
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6)		
AAA	103.289	40.212
AA	–	–
	103.289	**40.212**

d) Risco de liquidez: Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia, é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A Companhia também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pela Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se as contas a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou passivo.

Passivos financeiros reais por faixa de vencimento:

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	16.610	–	16.610
Fornecedores - Risco Sacado	120.552	3.461	124.013
	137.162	**3.461**	**140.623**

Passivos financeiros reais por faixa de vencimento - Projetado (i):

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	16.610	–	16.610
Fornecedores - Risco Sacado	130.233	3.739	133.972
	146.843	**3.739**	**150.582**

(i) Considera o cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: risco sacado - 8,03% ao ano. **6.3. Gestão de capital:** Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	103.289	41.165
Caixa líquido	**103.289**	**41.165**
Patrimônio líquido	181.116	165.222
Índice de alavancagem financeira	**57,03%**	**24,91%**

6.4. Análise de sensibilidade: A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses, a taxa projetada do CDI - 13,10% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 15% e 30% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Consolidado	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível -15%	Cenário remoto -30%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	103.289	Alta CDI	13.531	15.560	17.590
	103.289		**13.531**	**15.560**	**17.590**

Fonte: CDI conforme taxas referenciais B3 S.A., disponibilizado no website da respectiva instituição.

7. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa				
Conta corrente	–	948	–	953
	–	**948**	**–**	**953**

8. Títulos e valores mobiliários:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
LF - Letras Financeiras	–	–	–	1.447
LFT - Letra Financeira do Tesouro	103.289	36.857	103.289	38.765
	103.289	**36.857**	**103.289**	**40.212**
Circulante	103.289	36.857	103.289	40.212
	103.289	**36.857**	**103.289**	**40.212**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 102,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

9. Contas a receber: a) Composição:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber				
Livros didáticos e paradidáticos	38.950	37.279	38.950	39.176
Outros	–	2.802	–	2.799
	38.950	40.081	**38.950**	41.975
Provisão para perda esperada				
Livros didáticos e paradidáticos	(5.660)	(5.263)	(5.660)	(5.263)
	(5.660)	(5.263)	**(5.660)**	(5.263)
Contas a receber de clientes, líquidas	33.290	34.818	33.290	36.712
	33.290	**34.818**	**33.290**	**36.712**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Valores a vencer	**25.874**	**1.057**	**25.874**	**2.951**
Vencidos				
Até 30 dias	2.848	3.036	2.848	3.036
Entre 31 e 60 dias	741	21.736	741	21.736
Entre 61 e 90 dias	424	1.757	424	1.757
Entre 91 e 180 dias	1.352	752	1.352	752
Entre 181 e 365 dias	2.210	8.590	2.210	8.590
Maior do que 365 dias	5.501	3.153	5.501	3.153
Total vencidos	**13.076**	**39.024**	**13.076**	**39.024**
Provisão para perda esperada	(5.660)	(5.263)	(5.660)	(5.263)
	33.290	**34.818**	**33.290**	**36.712**
Percentual de PCLD/CR Bruto	*14,5%*	*13,1%*	*14,5%*	*12,5%*

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua *performance* de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência do produto.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	**(5.263)**	**(15.708)**	**(5.263)**	**(15.708)**
Baixa (recuperação) contra contas a receber	6.914	(373)	6.914	(373)
Operações descontinuadas (i)	(1.671)	4.373	(1.671)	4.373
Reversão (provisão)	(5.640)	6.445	(5.640)	6.445
Saldo final	**(5.660)**	**(5.263)**	**(5.660)**	**(5.263)**

(i) Operação descontinuada, conforme nota explicativa 4. Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 540 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

10. Estoques:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Produtos acabados (i)	9.998	5.998	9.998	5.998
Produtos em elaboração	15.245	21.306	15.245	21.306
Matérias-primas	22.439	18.639	22.439	19.241
	47.682	**45.943**	**47.682**	**46.545**

(i) Considera os produtos acabados atreladas às operações continuadas. O saldo da operação de SETS foi reclassificado para a rubrica de “Ativos mantidos para venda”, conforme nota explicativa 4. Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 14.846 (R$ 22.103 em 2022). Essa redução foi reconhecida como despesa e está incluída no custo dos produtos vendidos.

11. Tributos a recuperar:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
PIS, Cofins e ISS a recuperar (i)	21.052	46.359	21.052	47.038
Outros tributos a recuperar	3.290	397	3.290	395
	24.342	**46.756**	**24.342**	**47.433**
Circulante	13.675	22.494	13.675	22.808
Não circulante	10.667	24.262	10.667	24.625
	24.342	**46.756**	**24.342**	**47.433**

(i) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço. **12. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R$ 37.653 na controladora (R$ 20.319 em 31 de dezembro de 2022), e R$ 37.653 no consolidado (R$ 20.621 em 31 de dezembro de 2022).

13. Investimentos: a) Composição dos investimentos em controladas diretas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Editora Joaquim Ltda.	–	1.238
Editora Pigmento Ltda.	–	1.128
Editora Todas as Letras Ltda.	–	3.159
Subtotal	**–**	**5.525**
Minha Biblioteca Ltda.	–	600
Consolidado	**–**	**6.125**

b) Informações sobre as controladas diretas:

31/12/2022	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Editora Joaquim Ltda.	100%	311.868	1.581	343	1.238	362
Editora Pigmento Ltda.	100%	347.000	1.383	255	1.128	293
Editora Todas as Letras Ltda.	100%	592.834	3.872	713	3.159	685
			6.836	**1.311**	**5.525**	**1.340**

c) Composição dos investimentos em empresas não consolidadas:

31/12/2022	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Minha Biblioteca Ltda.	20%	500.000	36.606	33.606	3.000	12.940
			36.606	**33.606**	**3.000**	**12.940**

13.1. Movimentação dos investimentos:

a) Controladora:

Investimento	Minha Biblioteca (i)	Editora Joaquim	Editora Pigmento	Editora Todas as Letras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	1.238	1.128	3.159	5.525
Movimentação					
Resultado de equivalência patrimonial	–	258	204	103	565
Redução de capital por reorganização societária	–	(1.496)	(1.332)	(3.265)	(6.093)
Outros	–	–	–	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

(i) Refere-se aos valores reclassificados para a rubrica de Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas. Maior detalhamento das composições está apresentado na nota explicativa 4.

14. Imobilizado:

Consolidado	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Edificações e benfeitorias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16**	**102**	**184**	**302**
Adições	117	–	4	121
Depreciações	(18)	(14)	(171)	(203)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**115**	**88**	**17**	**220**
Taxa média anual de depreciação 2022	33%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**115**	**88**	**17**	**220**
Depreciações	(43)	(13)	(14)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72**	**75**	**3**	**150**
Taxa média anual de depreciação 2023	33%	10%	20%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Custo	512	142	898	1.552
Depreciação acumulada	(440)	(67)	(895)	(1.402)

15. Intangível:

Consolidado	Softwares	Produção de conteúdo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.378**	**2.790**	**7.168**
Adições	5.056	4.126	9.182
Amortizações	(1.846)	(2.779)	(4.625)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.588**	**4.137**	**11.725**
Taxa média anual de amortização 2022	20%	45%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.588**	**4.137**	**11.725**
Adições	15.657	2.609	18.266
Amortizações	(2.819)	(2.907)	(5.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.426**	**3.839**	**24.265**
Taxa média anual de amortização 2023	20%	38%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Custo	30.481	16.600	47.081
Amortização acumulada	(10.055)	(12.761)	(22.816)

a) Testes de redução ao valor recuperável dos ativos *(impairment)*: A Companhia realiza anualmente (ou em caso de eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*), a análise de recuperação de seus ativos. Assim sendo, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi constatada nenhuma necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos. **16. Fornecedores - risco sacado:** Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 124.013 (R$40.362 em 31 de dezembro de 2022), sendo que as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,05% a.m. (em 31 de dezembro de 2022, a média ponderada foi de 1,27% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 420 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

17. Obrigações trabalhistas:	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários a pagar (i)	2.107	5.576
INSS a recolher (i)	1.464	1.410
FGTS a recolher (i)	351	433
IRRF a recolher (i)	1.578	1.644
Provisão de férias (i)	2.517	2.388
Encargos sobre provisões (i)	943	725
Provisão de participação dos lucros (i)	9.917	10.498
Outros (i)	109	98
	18.986	**22.772**

(i) Considera os saldos atreladas às operações continuadas. O saldo da operação de SETS foi reclassificado para a rubrica de “Passivos mantidos para venda”, conforme nota explicativa 4. **18. Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e passivos assumidos na combinação de negócios:** A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, além de passivos contingentes adquiridos em combinações de negócios. A classificação do risco de perda é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Companhia entende que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos e judiciais. **18.1. Saldos e movimentação dos processos com expectativa de perda provável:**

Consolidado	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**27.740**	**286**	**2.567**	**30.593**
Adições	–	77	496	573
Atualização monetária	1.545	3	126	1.674
Reversões	–	(227)	(696)	(923)
Total efeito resultado	**1.545**	**(147)**	**(74)**	**1.324**
Pagamentos	(2)	–	(462)	(464)
Ex-mantenedor (com garantia)	–	(84)	(168)	(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.283**	**55**	**1.863**	**31.201**

Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia:

Consolidado	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Despesas Gerais e Administrativas	–	150	200	350
Despesas Financeiras	(1.545)	(3)	(126)	(1.674)
	(1.545)	**147**	**74**	**(1.324)**

18.2. Principais processos prováveis por natureza: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários: **Processos de natureza tributária:** • Mediante histórico e análise de risco de autuações em decorrência do aproveitamento do ágio em aquisições realizadas pela antiga mantenedora, com a consequente constituição do crédito tributário pela autoridade fazendária, considerou-se potencial uma obrigação resultante de eventos passados no montante de R$ 8.735 (R$ 8.223 em 31 de dezembro de 2022). • A Companhia possuí contingência de natureza tributária provisionada referente a Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R$ 20.548 (R$ 19.517 em 31 de dezembro de 2022). **Processos de natureza cível:** Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação da administração da perda efetuada, com auxílio dos seus assessores jurídicos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, 36 processos de natureza cível que totalizam o montante de R$ 55 (R$ 286 em 31 de dezembro de 2022). **Processos de natureza trabalhista:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, 15 processos 9atureza trabalhista (15 em 31 de dezembro de 2022), que totalizam o montante de R$ 1.863 (R$ 2.567 em 31 de dezembro de 2022). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas. **18.3. Processos com expectativa de perdas possíveis:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022	Quantidade 31/12/2023	Quantidade 31/12/2022
Tributárias	12.518	11.394	10	10
Cíveis	3.251	2.713	1	2
Trabalhistas	138	640	2	10
Total	**15.907**	**14.747**	**13**	**22**

A Companhia e suas controladas possuíam em 31 de dezembro de 2023, 13 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais. A seguir destacamos as principais: **(i) Tributárias:** • Auto de infração movido pela Receita Federal do Brasil envolvendo pedido de esclarecimentos entre possíveis diferenças entre a DCTF e o EFD Contribuições do exercício de 2015. Os valores envolvidos nesta contingência são na importância de R$ 4.016 **(ii) Cíveis:** • Ação movida contra a companhia, relacionada à rescisão de contrato de distribuição de materiais didáticos, no valor de R$ 3.251. A responsabilidade desse processo é dos antigos mantenedores. **(iii) Trabalhistas:** • A Companhia é parte em 2 processos que totalizam o montante de R$ 138. As demandas estão relacionadas a pedidos de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas. **19. Depósitos judiciais e garantias de provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis: 19.1. Depósitos judiciais:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Cíveis	12	2
Trabalhistas	56	95
Total	**68**	**97**

19.2. Garantias de provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (i):

	Cível	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**85**	**1.352**	**1.437**
Adição	127	433	560
Atualização monetária	–	116	116
Reversões	(210)	(717)	(927)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2**	**1.184**	**1.186**

20. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 20.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no período diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

continua →★

★ continuação

Saraiva Educação S.A. e Controladas

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	35.437	34.931	35.665	35.512
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(12.049)	(11.877)	(12.126)	(12.074)
Equivalência patrimonial	192	455	–	–
Adições líquidas sem a constituição de diferido	796	(390)	837	(319)
Benefícios fiscais	24	–	24	–
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais (i)	27.751	–	27.751	–
Juros sobre capital próprio	3.968	3.101	3.968	3.101
IRPJ e CSLL constituídos pela adoção ao IFRIC 23	–	(4.826)	–	(4.568)
IRPJ e CSLL demais movimentações	–	(485)	–	(743)
Total IRPJ e CSLL	20.682	(14.022)	20.454	(14.603)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(1.984)	(3.366)	(2.212)	(3.894)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	22.666	(10.656)	22.666	(10.709)
	20.682	(14.022)	20.454	(14.603)

(i) Composto pela constituição do IR diferido sobre o prejuízo fiscal aprovado pelo teste de realização.

20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrada conforme segue:

Consolidado	31/12/2022	Mantido para venda	Resultado das operações descontinuadas	Efeitos no Resultado	31/12/2023
Imposto de renda/Contribuição Social:					
Prejuízos fiscais/Base Negativa CSLL	43.490	–	–	25.803	69.293
Diferenças Temporárias do Lucro Real					
Provisão para perda esperada	(41)	–	–	2.657	2.616
Ajuste a valor presente	(10.347)	–	–	(328)	(10.675)
Provisão de contingências	2.820	–	–	(2.964)	(144)
Depreciação e custo de empréstimo	(166)	–	–	147	(19)
Provisões não dedutíveis	4.443	(3.667)	–	1.969	2.745
Provisão para perdas dos estoques	4.618	–	–	(4.618)	–
Ágio sobre combinação de negócios	21.731	–	(2.099)	–	19.632
Passivo não circulante líquido	66.548	(3.667)	(2.099)	22.666	83.448
Ativo não circulante	66.548				83.448
(–) Passivo não circulante	–				–
Total	66.548				83.448

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual. **21. Partes relacionadas: 21.1. Transações entre partes relacionadas:** As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir: Partes relacionadas - outros (Ativo):

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Rateio de despesas corporativas (i)	22.921	8.295
Contrato de indenização Saber (ii)	8.735	8.222
Juros sobre capital próprio antecipado (iii)	5.171	9.121
	36.827	25.638
Ativo Circulante	28.092	17.415
Ativo Não Circulante	8.735	8.223
	36.827	25.638

(i) Relativo aos saldos a receber por decorrência dos rateios de despesas corporativas, cobrados via nota de débito. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma receita de R$ 26.411 em 31 de dezembro de 2023 (despesa de R$ 16.473 em 31 de dezembro de 2022). (ii) Relativo aos valores a receber derivados dos contratos de indenização entre Saraiva e Saber, no montante de R$ 8.735 (8.222 em 31 de dezembro de 2022), o qual está vinculado aos saldos a pagar de indenização, conforme mencionado na nota explicativa 15.2. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma despesa de R$ 511 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 524 em 31 de dezembro de 2022). (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia realizou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio no montante de R$ 5.171 às suas controladoras diretas Saber, Somos Educação e Aesapar.

Partes relacionadas - outros (Passivo):

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Rateio de despesas corporativas (i)	26.647	13.593
Juros sobre capital próprio	9.920	7.753
	36.567	21.346
Passivo Circulante	36.567	21.346
	36.567	21.346

(i) Relativo aos saldos a pagar por decorrência dos rateios de despesas corporativas, cobrados via nota de débito. Em 31 de dezembro de 2023 havia saldo a pagar de R$ 606 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022) relativo ao rateio das despesas de subarrendamento com o centro de distribuição em São José dos Campos junto a sua coligada Somos Sistemas, sendo em média R$ 231 (R$ 207 em 31 de dezembro de 2022) o valor do pagamento mensal no decorrer do exercício, com vencimento em 30 de setembro de 2025. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma despesa de R$ 2.755 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.905 em 31 de dezembro de 2022). **21.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários. Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a remuneração do pessoal-chave da Administração foi paga pela empresa relacionada Editora Ática S.A., sendo posteriormente cobrada via rateio de despesas corporativas para a Companhia por critérios estabelecidos pela Administração. **22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$ 573.043, divididos em 573.042.991 quotas no valor de R$ 1,00. A Companhia realizou redução de capital social no montante de R$ 200.000 em caixa, aprovada em assembleia em 10 de maio de 2022. Adicionalmente, em virtude da reorganização societária apresentada em 14 de agosto de 2023, a redução de capital em montante de R$ 242.958, sendo R$ 35.968 em caixa e R$ 206.990 em absorção de prejuízos acumulados e demais ativos e passivos líquidos cedidos, conforme descrito na nota explicativa 5, o capital social da Companhia passou de R$ 373.043 para R$ 130.084, divididos em 130.083.962 quotas no valor de R$ 1,00 em 31 de dezembro de 2023. **22.2. Reserva de capital:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 879 (R$ 361 em 31 de dezembro de 2022). **22.3. Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 3.289 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Dividendos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve a constituição dos dividendos a pagar à controladora direta Saber, representando 25% do lucro líquido, após a compensação dos prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, no montante de R$ 15.621. **23. Receita líquida de vendas e serviços:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Venda livros didáticos e paradidáticos (i)	153.498	46.543	155.479	48.452
Outros	8.591	24.197	8.591	24.196
Deduções da receita bruta				
Impostos (i)	(91)	(123)	(91)	(123)
Devoluções e descontos concedidos (i)	(635)	(1.649)	(635)	(1.649)
Receita líquida	161.363	68.968	163.344	70.876

(i) Considera os saldos atrelados às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4. **24. Custos e despesas por natureza:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários e encargos sociais (i)	(44.083)	(29.102)	(44.083)	(29.102)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(5.640)	6.445	(5.640)	6.445
Depreciação e amortização	(5.796)	(4.828)	(5.796)	(4.828)
Publicidade e propaganda (i)	(4.193)	(3.278)	(4.193)	(3.278)
Custo dos produtos vendidos	(2.846)	(2.863)	(2.846)	(2.863)
Custo de livros comerciais (i)	(26.330)	(3.592)	(27.556)	(3.592)
Custos com papel e gráfica (i)	(23.076)	(6.445)	(23.066)	(6.445)
Utilidades, limpeza e segurança (i)	(1.772)	(1.165)	(1.772)	(1.165)
Outras receitas (despesas), líquidas ativo imobilizado	63	15	63	15
Outras despesas, líquidas (i)	3.655	9.397	3.655	9.399
Cobrança de rateio de despesas corporativas	23.636	14.568	23.545	14.328
Contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas	2.775	1.905	2.775	1.905
Consultorias e assessorias (i)	(600)	(414)	(600)	(414)
Direitos autorais	(22.861)	(17.349)	(23.064)	(17.552)
Custos editoriais (i)	(11.958)	(675)	(11.958)	(675)
Aluguel e condomínio	(34)	(61)	(34)	(61)
Taxas e contribuições	(156)	(7)	(156)	(7)
Contingências	350	(1.462)	350	(1.462)
Contrato de indenização	511	524	511	524
	(118.355)	(38.387)	(119.865)	(38.828)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Custo das vendas e serviços	(105.517)	(39.949)	(105.517)	(39.949)
Despesas com vendas	9.045	287	9.045	287
Despesas gerais e administrativas	(16.306)	(5.185)	(17.816)	(5.626)
Provisão para perda esperada	(5.640)	6.445	(5.640)	6.445
Outras receitas operacionais	63	15	63	15
	(118.355)	(38.387)	(119.865)	(38.828)

(i) Considera os custos e despesas atreladas às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4.

25. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	2.872	8.312	3.203	8.800
Juros ativo	77	50	77	50
Outras (i)	17	528	17	527
	2.966	8.890	3.297	9.377
Despesas financeiras				
Juros de risco sacado	(11.690)	(7.358)	(11.690)	(7.358)
Tarifas bancárias e de cobrança (i)	(82)	(325)	(90)	(325)
Juros e mora comercial e fiscal (i)	–	(138)	–	(171)
Atualização de contingências (i)	670	1.972	670	1.972
Outras (i)	–	(30)	–	(30)
	(11.102)	(5.879)	(11.110)	(5.912)
Resultado financeiro	(8.136)	3.011	(7.813)	3.465

(i) Considera as receitas e despesas financeiras atreladas às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4. **26. Informações suplementares aos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 movimentação de garantias de ex-mantenedores. A seguir demonstramos estes ajustes:

Ajustes para:	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Garantias para processos trabalhistas de ex-mantenedor		
Garantias de ex-mantenedor	252	(111)
	252	(111)
	252	(111)

27. Cobertura de seguros: A Companhia, por meio do Grupo Cogna, possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo Grupo no montante indicado a seguir, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A seguir apresentamos as coberturas contratadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme suas respectivas naturezas:

	Coberturas
Bens do imobilizado	353.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	228.422
Veículos	2.683
	584.105

28. Eventos subsequentes (CADE): Conforme comunicado ao mercado divulgado ao mercado em 30 de janeiro de 2024, a Controladora ("Saber") firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças em conjunto à empresa Grupo Editorial Nacional Participações S.A. ("Grupo Gen"), pelo qual compactuou a compra da totalidade do capital social de sua controlada SRV Editora Ltda., a qual deterá, na data de fechamento da transação pactuada, todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica - focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS, relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional). ("Operação"). Em movimento ocorrido na mesma data, a Controladora Saber, com anuência da Cogna, assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças em conjunto ao Grupo Gen, no qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da SRV Editora Ltda. ao Grupo Gen. Atualmente a SRV Editora Ltda. mantém toda operação de SETS do Grupo Cogna. A Operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A Operação também inclui a venda da totalidade da participação societária detida pela Companhia (20%) na Minha Biblioteca Ltda., sociedade formada por grupos editoriais para oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior. Se faz de suma importância salientar que a conclusão da Operação foi é sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que ocorreu em 04 de abril de 2024 sem ressalvas, conforme seu Boletim de Serviço Eletrônico, sendo o prazo máximo de contestação em 22 de abril de 2024.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Roberto Afonso Valério Neto
Diretor presidente

Frederico Da Cunha Villa
Vice-Presidente Financeiro (CFO)

Sergio Helano Araujo Betta Junior
Diretor de Controladoria - CRC RJ-102511/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Saraiva Educação S.A. -** São José dos Campos - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saraiva Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva Educação S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador - CRC 1SP290557/O-2

Ipiranga Agroindustrial S.A.

CNPJ nº 07.280.328/0001-58

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	999.355	325.687	1.077.731	433.358
Contas correntes - Cooperativa	10	122.391	212.347	122.391	212.347
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		36.202	77.413	41.539	78.290
Estoques	11	77.726	78.340	77.726	78.340
Ativo biológico	12	427.562	418.656	427.562	418.656
Adiantamentos a fornecedores		16.748	10.770	27.352	10.770
Empréstimos à terceiros		–	13.230	–	13.230
Dividendos a receber	13	2.679	4.007	–	–
Impostos a recuperar		16.106	15.766	17.253	16.854
IR e CS correntes		58.861	52.340	57.651	52.340
Total do ativo circulante		1.757.630	1.208.556	1.849.205	1.314.185
Não circulante					
Aplicações financeiras	9	–	–	7.808	3.601
Depósitos judiciais	23	82.306	64.466	82.306	64.466
Instrumentos financeiros derivativos	28	39.382	21.522	39.382	21.522
Empréstimos a terceiros		8.788	21.558	8.788	21.558
Impostos a recuperar		17.217	15.079	17.317	15.161
		147.693	122.625	155.601	126.308
Outros investimentos		8.043	8.043	8.043	8.043
Investimentos	13	509.251	448.480	155.414	164.709
Imobilizado	14	2.079.668	1.808.320	2.351.233	1.992.019
Intangível		3.595	3.501	3.705	3.694
Direito de uso	15	1.674.622	1.192.548	1.610.668	1.117.709
Total do ativo não circulante		4.422.872	3.583.517	4.284.664	3.412.482
Total do ativo		6.180.502	4.792.073	6.133.869	4.726.667

Passivo/Circulante	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores	16	142.393	138.272	144.698	137.960
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	118.192	227.905	110.487	220.701
Financiamentos - Cooperativa	18	4.945	–	4.945	–
Financiamentos	19	312.053	254.988	312.620	255.558
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	47.729	53.136	49.729	59.201
Salários e férias a pagar		38.738	33.942	38.862	34.406
Impostos e contribuições a recolher		3.558	4.397	3.304	5.959
Total do passivo circulante		667.608	712.640	664.645	713.785
Não circulante					
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	1.745.063	1.137.565	1.676.172	1.060.446
Financiamentos - Cooperativa	18	22.673	25.533	22.673	25.533
Financiamentos	19	1.191.328	902.391	1.197.117	908.740
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.776	1.776	1.776	1.776
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos		94.143	146.774	108.143	146.774
Mútuo - Cooperativa		11.351	12.613	11.351	12.613
Passivo fiscal diferido	20	489.668	358.171	495.100	362.390
Total do passivo não circulante		3.556.002	2.584.823	3.512.332	2.518.272
Patrimônio líquido	24				
Capital social		676.003	676.003	676.003	676.003
Reservas de lucros		236.236	213.575	236.236	213.575
Reserva de reavaliação		29.665	31.441	29.665	31.441
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.832)	(30.977)	(22.832)	(30.977)
Lucros a destinar		1.037.820	604.568	1.037.820	604.568
Total do patrimônio líquido		1.956.892	1.494.610	1.956.892	1.494.610
Total do passivo		4.223.610	3.297.463	4.176.977	3.232.057
Total do passivo e patrimônio líquido		6.180.502	4.792.073	6.133.869	4.726.667

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	25	2.405.417	1.964.633	2.466.322	2.038.582
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	4.909	(39.172)	4.909	(39.172)
Custo dos produtos vendidos	26	(1.765.994)	(1.588.777)	(1.761.547)	(1.585.368)
Lucro bruto		644.332	336.684	709.684	414.042
Despesas comerciais	26	(21.716)	(11.185)	(21.716)	(11.185)
Despesas administrativas e gerais	26	(40.713)	(35.129)	(41.026)	(35.231)
Outras receitas operacionais líquidas	26	145.623	66.606	140.696	66.246
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		727.526	356.976	787.638	433.872
Receitas financeiras	27	141.891	84.335	153.472	95.027
Despesas financeiras	27	(324.791)	(276.028)	(317.989)	(269.305)
Resultado financeiro líquido		(182.900)	(191.693)	(164.517)	(174.278)
Resultado da equivalência patrimonial		93.184	145.490	22.394	58.848
Resultado antes dos impostos		637.810	310.773	645.515	318.442
IR e CS correntes	20	(53.085)	–	(59.576)	(6.542)
IR e CS diferidos	20	(131.497)	(36.964)	(132.711)	(38.091)
		(184.582)	(36.964)	(192.287)	(44.633)
Resultado do exercício		453.228	273.809	453.228	273.809

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado do exercício	453.228	273.809	453.228	273.809
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	9.054	4.339	9.054	4.339
Resultado abrangente total	462.282	278.148	462.282	278.148

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2022		676.003	71.995	128.003	33.238	(34.422)	341.645	–	1.216.462
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	13	–	–	–	–	4.339	–	–	4.339
Realização do custo atribuído	24 c)	–	–	–	(1.797)	(894)	–	2.691	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	273.809	273.809
Destinações:									
Reserva legal	24 b)	–	13.577	–	–	–	–	(13.577)	–
Reserva de lucros	24 b)	–	–	–	–	–	262.923	(262.923)	–
Saldo em 31 de março de 2023		676.003	85.572	128.003	31.441	(30.977)	604.568	–	1.494.610
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	13	–	–	–	–	9.054	–	–	9.054
Realização do custo atribuído	24 c)	–	–	–	(1.776)	(909)	–	2.685	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	453.228	453.228
Destinações:									
Reserva legal	24 b)	–	22.661	–	–	–	–	(22.661)	–
Reserva de lucros	24 b)	–	–	–	–	–	433.252	(433.252)	–
Saldo em 31 de março de 2024		676.003	108.233	128.003	29.665	(22.832)	1.037.820	–	1.956.892

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		453.228	273.809	453.228	273.809
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	14	405.091	354.011	407.715	359.133
Valor residual do imobilizado baixado	14	8.515	9.732	8.517	9.732
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	(4.909)	39.172	(4.909)	39.172
Consumo de ativo biológico	12	418.656	352.632	418.656	352.632
Amortização do direito de uso de arrendamento	15	256.919	306.096	246.034	296.269
IR e CS diferidos	20	131.497	36.964	132.710	38.091
IR e CS correntes	20	–	–	–	6.542
Resultado da equivalência patrimonial	13	(93.184)	(145.490)	(22.394)	(58.848)
Juros sobre financiamentos bancários e cooperativa	18 e 19	133.077	111.151	133.285	111.046
Juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	17	(153)	4.581	(153)	4.581
Variação monetária de obrigações a pagar por aquisições ativos	17	(6.219)	7.272	(6.219)	7.272
Juros sobre parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	103.150	99.074	95.658	91.921
Instrumentos financeiros derivativos	28	(17.860)	(18.611)	(17.860)	(18.611)
Variação dos ativos e passivos					
Contas correntes - Cooperativa		89.956	(70.167)	89.956	(70.167)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		41.211	(62.096)	36.751	(61.071)
Estoques		614	(27.147)	614	(27.147)
Adiantamentos a fornecedores		(5.978)	1.178	(16.582)	1.178
Impostos a recuperar		(2.478)	(8.765)	(2.555)	(8.781)
Depósitos judiciais		(17.840)	(16.822)	(17.840)	(16.822)
Empréstimos a terceiros		26.000	13.916	26.000	13.916
Intangível		(94)	–	(11)	–
Fornecedores		4.121	866	6.738	58
Salários e férias a pagar		4.796	5.043	4.456	5.439
Impostos e contribuições a recolher		46.204	(1.536)	50.738	(1.260)
Contas a pagar - Partes relacionadas		7.791	(1.913)	4.446	(1.910)
IR e CS pagos		(49.681)	(20.425)	(54.821)	(26.967)
Pagamento de juros sobre financiamentos bancários e cooperativa	18 e 19	(108.139)	(76.755)	(108.351)	(76.685)
Pagamento de juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	(21.964)	(11.923)	(15.806)	(7.507)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.802.327	1.153.847	1.848.001	1.235.015
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aumento de capital	13	(64.794)	(6.259)	–	(2.904)
Dividendos recebidos	13	99.798	138.485	36.297	34.012
Aquisição de ativos biológicos	12	(422.653)	(401.518)	(422.653)	(401.518)
Aplicações financeiras		–	–	(4.207)	(3.601)
Aquisição de intangível		–	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.072.603)	(803.491)	(1.166.009)	(916.549)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Financiamentos - Cooperativa tomados	18	–	–	–	–
Pagamentos de financiamentos - Cooperativa	18	(1.982)	(3.490)	(1.982)	(3.490)
Financiamentos bancários tomados	19	470.000	350.000	470.000	350.000
Pagamentos de financiamentos bancários	19	(148.752)	(134.976)	(149.311)	(135.350)
Financiamentos de obrigações a pagar por aquisições de ativos	17	10.122	20.654	10.122	20.654
Pagamentos de obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	(39.824)	(53.622)	(36.047)	(51.973)
Pagamentos de parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	(344.358)	(367.897)	(329.139)	(354.736)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(56.056)	(190.019)	(37.619)	(175.583)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		673.668	160.337	644.373	142.883
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	325.687	165.350	433.358	290.475
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	999.355	325.687	1.077.731	433.358
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		673.668	160.337	644.373	142.883

Nota: As transações não caixa estão divulgadas como informação suplementar na nota explicativa 35.

A Diretoria

Contador: Wilson Zago Junior - CRC/SP 271085/O-7

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

BIOMETANO VERDE PAULINIA S.A.

CNPJ: 50.365.355/0001-52

Balanço patrimonial - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	102.167
Total do ativo circulante		102.167
Total do Ativo		102.167
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	6	728
Total do passivo circulante		728
Não circulante		
Dividendos a pagar	7.c	679
Total do passivo não circulante		679
Patrimônio líquido		
Capital social	7.a	50.010
Reserva de capital	7.b	50.000
Reserva de lucros	7.c	750
Total do patrimônio líquido		100.760
Total do passivo e do patrimônio líquido		102.167

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras e encontram-se disponíveis na Companhia.

Demonstração do resultado abrangente - (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		1.429
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício		1.429

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras e encontram-se disponíveis na Companhia.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.429	1.429
Resultados abrangentes:							
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	1.429	1.429
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:							
Constituição da entidade e aporte de capital		50.010	50.000	-	-	-	100.010
Constituição de reserva legal		-	-	71	-	(71)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	(679)	(679)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	679	(679)	-
Total de contribuições e distribuições		50.010	50.000	-	679	(1.429)	99.331
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	50.010	50.000	71	679	-	100.760

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras e encontram-se disponíveis na Companhia.

Demonstração do resultado
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Receitas (despesas) operacionais	Nota	31/12/2023
Gerais e administrativas		(2)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		(2)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	8	2.160
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		2.157
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	6	(728)
		(728)
Lucro líquido do exercício		1.429

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras e encontram-se disponíveis na Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa - (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		1.429
Variação de:		
Impostos e contribuições a recolher		728
		2.157
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.157
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital e reserva	7	100.010
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		100.010
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		102.167
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		102.167

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras e encontram-se disponíveis na Companhia.

Retificação das Demonstrações Financeiras publicadas neste jornal no dia 17/04/2024

11ª Vara Cível Foro Central Cível – PROCESSO 1038258-87.2022.8.26.0100. FAZ SABER a Eduardo Corrêa de Araújo Aguiar, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação pelo Procedimento Comum por Rosana de Lucca Cardillo. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE SANTANA DA COMARCA DA CAPITAL – SP. **EDITAL** de 1ª e 2ª Praças de Leilão Judicial Eletrônico do bem abaixo descrito, bem como para intimação dos Executados **Auto Motorsports Veículos Ltda.**, CNPJ nº 69.330.363/0001-91, na pessoa de seu representante legal e **Américo Joaquim dos Santos Leite**, CPF nº 014.620.988-51; dos interessados **Prefeitura Municipal de Saquarema**, CNPJ nº 32.147.670/0001-21, na pessoa de seu representante legal; **Ocupante do imóvel**; **Autos nº 0111588-34.2008.8.26.0001, da 8ª Vara Cível do Foro Regional de Santana da Comarca da Capital/SP**; **CIC Construções Incorporação e Comércio Ltda.**, CNPJ nº 40.321.655/0001-86, na pessoa de seu representante legal; **Condomínio Edifício St. James**, CNPJ nº 01.728.950/0001-08, na pessoa de seu representante legal e demais interessados, extraído dos autos da Execução de título extrajudicial, processo nº 0109329-66.2008.8.26.0001, que tramita perante a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana da Comarca da Capital/SP, requerida por **Joaz José da Rocha Filho**, CPF nº 043.335.768-14. A **Dra. Daniela Cláudia Herrera Ximenes**, MMª Juíza de Direito, na forma da Lei, **faz saber** a todos que virem ou tiverem conhecimento do presente Edital, que, com fundamento nos artigos 886 a 903 do Código de Processo Civil, bem como nos artigos 246 a 280 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - NSCGJ e demais legislações aplicas à espécie, através do sistema Gestor de Alienação Eletrônica, **PRÓ-JUD LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico www.projudleiloes.com.br e sob condução do **Leiloeiro Público Oficial, Sr. Carlos Campanhã, inscrito na JUCESP sob nº 1.053**, levará a público Leilão Judicial, ou seja, a público pregão de venda e arrematação, pelo maior lance, o bem a seguir descrito: **Bem: Direitos aquisitivos derivados da Promessa de Venda e Compra que o Executado possui sobre O APARTAMENTO Nº 211, DO EDIFÍCIO ST. JAMES, localizado na Avenida Ministro Salgado Filho, 6642, Saquarema – RJ. Matrícula**: nº 58.412 do Cartório de Registro de Imóveis de Saquarema/RJ (registro anterior: Matrícula nº 10.643 do Cartório de Registro de Imóveis de Saquarema/RJ). **Contribuinte Municipal** SQL nº 1106400. **Avaliação: R$ 326.203,41 (trezentos e vinte e seis mil, duzentos e três reais e quarenta e um centavos), atualizada até março/2024** e que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Recursos**: Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento. **Situação:** Ocupado. **Da Praça eletrônica:** A 1ª praça terá início no dia **22 de julho de 2024 às 11:00hs** e se estenderá por 03 (três) dias, encerrando-se no dia **25 de julho de 2024 às 11:00hs**. Não havendo oferta de lances, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª praça, que se encerrará no dia **14 de agosto de 2024 às 11:00hs**. **Do Valor Mínimo:** Na 1ª praça, o valor mínimo para a venda do bem praceado será o valor da avaliação judicial que será atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo até a data do início da hasta pública. Na 2ª praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação atualizado. **Informações:** O Edital completo e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: contato@projudleiloes.com.br ou ainda pelo telefone nº 11-2892-8648 e via whatsApp/ celular nº 98366-4084. **Intimações**: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital. **Dra. Daniela Cláudia Herrera Ximenes -** Juíza de Direito.

Jornal O DIA SP

Rafael Câmara busca seguir em bom momento e ampliar vantagem

Piloto da Ferrari Driver Academy tem três vitórias em quatro etapas e quer aumentar a distância na liderança do campeonato na Holanda

O brasileiro Rafael Câmara encara neste final de semana em Zandvoort, na Holanda, a terceira etapa da FRECA. O piloto da Prema, líder do campeonato, vem de um final de semana praticamente perfeito em Spa-Francorchamps, quando obteve uma pole position e duas vitórias, e chega ao travado circuito holandês buscando ampliar a vantagem em relação ao segundo colocado do campeonato.

O piloto da Ferrari Driver Academy chega para o final de semana no traçado de 4.259 metros mantendo o foco no campeonato, do qual possui três vitórias em quatro corridas. Para isso, Câmara visa andar desde o início das atividades entre os melhores para ficar em posição de brigar pelo primeiro lugar nas duas corridas do final de semana.

Foto/ Dutch Photo Agency

Rafael *Câmara*

"Estou muito confiante para Zandvoort, neste final de semana. Tive um ótimo final de semana em Spa, mas temos que manter a cabeça no lugar e seguir fazendo o nosso melhor para conquistar o máximo de pontos possíveis. Nossa meta segue a mesma, chegar na última etapa batalhando pelo título", diz Rafa Câmara.

Os primeiros treinos da FRECA em Zandvoort serão realizados na sexta-feira (7). O sábado terá a primeira classificação e a corrida 1, marcada para 12h50, enquanto o domingo está reservado para uma nova definição de posições de largada e a segunda prova às 10h05. As corridas da FRECA são transmitidas ao vivo no Youtube.

Regional Cup de Kart realiza etapa classificatória no Speed Park

Disputa dentro do Troféu Ayrton Senna será válida como segunda classificatória da OK FIA e OK Júnior e primeira da Mini 2T. Vencedores estarão entre os finalistas que brigarão pelo título inédito em julho no Paladino

Foto/Divulgação

Speed *Park recebe etapa classificatória da Regional Cup de Kart*

A Regional Cup de Kart Brasil, novo campeonato organizado pela Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) e apoiado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA), terá neste fim de semana mais uma etapa classificatória para definir novos finalistas do evento, que realizará sua decisão entre os dias 29 e 31 de julho no Circuito Internacional Paladino, no Conde (PB).

Neste sábado (8), serão conhecidos mais quatro pilotos classificados na OK Júnior e quatro na OK FIA, com a segunda classificatória das categorias, e três kartistas selecionados na Mini 2T, que terá sua primeira etapa de classificação.

As disputas acontecerão dentro do 3º Troféu Ayrton Senna de Kart, que será realizado no kartódromo Speed Park, em Birigui (SP), e as inscrições seguem abertas no site da CBA:https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/2a-class-1o-reg-cup-br-2024-2a-classificatoria-1o-regional-cup-brazil-2024

Além de terem a chance de conquistar o título e se classificar para a Final da Regional Cup em julho – quando poderão ganhar uma vaga no Campeonato Mundial FIA Karting na Inglaterra –, os pilotos da categoria OK terão uma motivação a mais para competir neste sábado.

A Copa Hyundai HB20, em parceria com o Speed Park e a CBA, premiará o campeão do Troféu Ayrton Senna na OK FIA com a participação gratuita em uma de suas etapas. O prêmio tem valor equivalente a aproximadamente R$ 30 mil (despesas extras com inscrição, rádio, câmera, engenharia, acidentes, viagens, hospedagem e alimentação serão de responsabilidade do piloto premiado, que deverá também se enquadrar no regulamento da categoria).

Com mais de 40 carros no grid, a Copa Hyundai HB20 é atualmente uma das principais categorias de base do automobilismo nacional.

"O Troféu Ayrton Senna será um belo evento e, junto com a etapa classificatória da Regional Cup, oferecerá um prêmio inédito, que certamente será uma experiência inesquecível para o vencedor na OK", declarou Fábio Gomide, do Kartódromo Speed Park.

Na primeira etapa classificatória das categorias OK, em Londrina (PR), sete pilotos já carimbaram seus passaportes para a grande Final da Regional Cup. Guilherme Moleiro, Rafael Busato, Marcelo Tortato e Nicolas Guth já estão entre os finalistas da OK Júnior e Gustavo Galvão, Gabriel Moura e Nicollas Loretti disputarão a decisão da OK FIA. No total, serão 16 finalistas na OK FIA, 16 na OK Júnior e 12 na Mini 2T.

Academia CBA de Pilotos e Mundial de Kart estão entre os atrativos da Regional Cup

Além dos títulos inéditos, nas categorias OK Júnior e OK FIA, os finalistas da 1ª Regional Cup de Kart no Brasil terão a chance de concorrer a prêmios muito especiais.

Os brasileiros mais bem colocados em cada uma delas passarão a integrar a Academia CBA de Pilotos e receberão como prêmio a isenção na taxa de inscrição e todos os equipamentos (chassis, motor e mecânico da equipe italiana Parolin) para correr o Mundial de Kart, em setembro, na Inglaterra, custeados pela CBA.

Além disso, após as Finais, também haverá a disputa da Seletiva OK N, para os pilotos que ficarem entre o segundo e o nono lugar na OK FIA, valendo duas vagas para a Copa do Mundo OK N, que será realizada junto com o Mundial. Os dois melhores brasileiros na seletiva também farão parte da Academia CBA e receberão os prêmios (isenção na inscrição e equipamentos da Parolin para o campeonato internacional).

Como concorrer a uma vaga na Final da Regional Cup

Para chegar à decisão da Regional Cup, os pilotos terão de garantir suas vagas em competições regionais (ver calendário abaixo), o que permitirá que competidores de diversas regiões possam lutar por uma vaga nas Finais.

As inscrições para todas as etapas classificatórias já estão abertas no site da CBA: https://inscricoes.cba.org.br/pt/

Nas classificatórias e Finais, os motores para as três categorias serão alugados pelos pilotos e sorteados pela organização. O restante dos equipamentos e a equipe são próprios do piloto.

Confira o calendário das próximas etapas classificatórias e Final da Regional Cup Brasil:

Classificatórias OK e OK Júnior

2ª Classificatória
08/06 – Speed Park / Birigui (SP) 4 vagas por categoria
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/2a-class-1o-reg-cup-br-2024-2a-classificatoria-1o-regional-cup-brazil-2024

3ª Classificatória
22/06 – Kartódromo Granja Viana / Cotia (SP) 4 vagas por categoria
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/3a-class-1o-reg-cup-br-2024-3a-classificatoria-1o-regional-cup-brazil-2024

4ª Classificatória
21/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 4 vagas por categoria
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/copa-brasil-de-kart-2024-25o-copa-brasil-de-kart-2024

Classificatórias Mini 2T

1ª Classificatória
08/06 – Speed Park / Birigui (SP) 3 vagas
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/2a-class-1o-reg-cup-br-2024-2a-classificatoria-1o-regional-cup-brazil-2024

2ª Classificatória
16/06 – Kartódromo Internacional Aldeia da Serra / Barueri (SP) 2 vagas
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/class-m2t-1o-reg-cup-br-2024-classificatoria-mini-2t-1o-regional-cup-brazil-2024

3ª Classificatória
13/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 3 vagas
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/campeonato-do-nordeste-2t-2024-campeonato-do-nordeste-2t-2024

4ª Classificatória
27/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB) 4 vagas
Inscrições: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/copa-brasil-de-kart-2024-25o-copa-brasil-de-kart-2024

Finais OK FIA, OK Júnior FIA e Mini 2T
29 a 31/07 - Circuito Internacional Paladino / Conde (PB)

Inscrições: Quando abertas, as inscrições deverão ser feitas no site da CBA (www.cba.org.br) e serão exclusivas para os pilotos que obtiverem a vaga nos eventos Classificatórios ou de acordo com outro critério da CBA divulgado em tempo hábil.

Programação das Finais: https://cba.org.br/upload/downloads//761/programacao-oficial-1-karting-regional-cup-brazil-2024-versao-i-.pdf

Regulamento completo da Regional Cup de Kart: https://www.cba.org.br/campeonato/downloads/334/758/2024; Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Tomasoni vence em Paul Ricard e assume liderança na Porsche Cup Suisse

Foto/Divulgação

Brasileiro *assumiu a liderança*

O brasileiro Marcelo Tomasoni conquistou no último sábado (1º) sua primeira vitória na temporada 2024 da Porsche Cup Suisse no autódromo de Paul Ricard, na França. Largando da pole position, o piloto venceu a segunda prova da rodada dupla no traçado de 5,8 km e 15 curvas.

Na corrida 1, Tomasoni também esteve bem próximo da vitória e cruzou a linha de chegada em segundo lugar, menos de meio segundo atrás do indiano Gurunath, que ficou com a vitória.

Com os resultados, o brasileiro chegou a quatro pódios em quatro corridas no ano e assumiu a liderança na Porsche Cup Suisse. O piloto, que se tornou o primeiro brasileiro a disputar uma temporada completa da competição na Europa, soma 94 pontos.

"Tem sido um início de temporada muito consistente. Durante os treinos aqui na França, tivemos um carro muito equilibrado desde o início em ritmo de corrida. O que nos deu um pouco de trabalho foi o equilíbrio do carro com pneus novos", comentou Tomasoni.

"Para ser sincero, a vitória veio um tanto antes do que imaginávamos e sair daqui líder mostra que estamos no caminho certo com a equipe", celebrou o brasileiro, que corre pela equipe alemã Proton Huber Competition e tem sido extremamente elogiado pelo time por sua rápida adaptação.

"Em menos de três semanas, teremos a terceira etapa do campeonato em Ímola, na Itália, outra pista onde andamos muito bem na pré-temporada. Estão me deixando sonhar", brincou Tomasoni.

A etapa em Ímola acontecerá no dia 23 de junho. Ao todo, a temporada da Porsche Cup Suisse conta com seis etapas e 12 corridas.

Volta do Litoral movimenta o ciclismo paulista no fim de semana

Ainda sob efeito da realização do Campeonato Pan-Americano de Ciclismo de Estrada, em São José dos Campos, o ciclismo de São Paulo se prepara para mais um evento bastante interessante. Trata-se da Volta do Litoral, competição por etapas que ocorrerá entre ps dias 7 e 9 de junho, na cidade de Peruíbe, no litoral paulista. A competição reunirá ciclistas de 15 categorias e contará pontos para o Ranking Paulista de Estrada (CLASSE CEE) e para o Ranking Nacional de Estrada (CBC), na Classe C2B. O evento é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio da Prefeitura de Peruíbe e se suas secretarias.

A prova será realizada em um circuito fechado na Av. Governador Mário Covas Júnior, s/n. Serão três etapas, assim definidas: na sexta, dia 7, será feito um Prólogo no circuito de 3,9 km montado na beira da praia. A segunda será no sábado, dia 8, mais uma vez utilizando o circuito na orla, mas com chegada na metade da Serra do Guaraú. Finalmente, no domingo, dia 9, o circuito terá cerca de 20 km. A Elite e o Sub 23 masculinos, neste dia, subirão a Serra do Guaraú e retornarão ao circuito, com mais 33,5 km, totalizando cerca de 173,5 km.

As categorias do masculino serão as seguintes: Elite (23 e +), Sub 23 (19 a 22 anos), Junior (17 e 18 anos, Sub 30 (23 a 29), Master A1 (30 a 34), Master A2 (35 a 39), Master B1 (40 a 44), Master B2 (45 a 49), Master C1 (50 a 54), Master C2 (55 a 59), Master D1 (60 a 64) e Master D2 (65 e +). Já no feminino, as disputas reunião as categorias Elite (23 e +), Sub 23 (19 a 22) e Master (30 +).

A Volta do Litoral é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com a supervisão da Confederação Brasileira de Ciclismo e o apoio da Prefeitura Municipal de PERUÍBE e de suas secretarias Municipais.

Programação

1ª Etapa - PRÓLOGO – 7 de junho - 3.9KM

1ª Bateria
18h - Abertura da Secretaria; 19h - Elite Masculino, 50 Min;19h - Sub 23 Masculino, 50 Min; 19h01 - Junior Masculino, 45 Min; 19h02 - Elite Feminino, 40 Min; 19h02 - Sub 23 Feminino, 40 Min; 19h02 - Master Fem, 40 Min.

2ª Bateria
20h - Sub 30 Masculino, 50 Min; 20h - Master A1, 50 Min; 20h - Master A2, 50 Min; 20h01 - Master B1, 50 Min; 20h01 - Master B2, 50 Min.

3ª Bateria
21h - Master C1, 50 Min; 21h - Master C2, 50 Min; 21h01 - Master D1, 50 Min; 21h02 - Master D2, 50 Min.

2ª Etapa – 8 de Junho - circuito de 3, 9 km mais chegada no alto

1ª Bateria
8h - Master D1, 60 Min; 8h - Master D2, 60 Min;8h05 - Elite Feminino, 90min; 8h05 - Sub 23 Feminino, 90 Min; 8h06 - Master Fem, 80 Min.

2ª Bateria
9h40 - Junior Masculino, 90 Min; 9h42 - Master C1, 70 Min; 9h42 - Master C2, 70 Min; 9h44 - Master A1, 80 Min; 9h44 - Master A2, 80 Min.

3ª Bateria
11h40 - Master B1, 80 Min; 11h40 - Master B2, 80 Min; 11h45 - Elite Masculino, 120 Min; 11h45 - Sub 23 Masculino, 120 Min; 11h50 - Sub 30 Masculino, 60 Min.

3ª Etapa – 9 de Junho – 20 Km circuito e + 33.5km (Elite e Sub 23)

1ª Bateria
8h - Elite Masculino, 7 voltas + 33,5 Km; 8h - Sub 23 Masculino, 7 voltas + 33,5 Km; 8h - Elite Feminino, 60min; 8h - Sub 23 Feminino, 60 Min; 8h - Master Fem, 50 Min.

2ª Bateria
9h40 - Junior Masculino, 45 Min; 9h42 - Master D1, 40 Min; 9h42 - Master D2, 40 Min; 9h44 - Master A1, 45 Min; 9h46 - Master A2, 45 Min.

3ª Bateria
10h30 - Master B1, 50 Min; 10h30 - Master B2, 50 Min; 10h32 - Master C1, 45 Min; 10h32 - Master C2, 45 Min; 10h34 - Sub 30 Masculino, 50 Min.

Observação – Na segunda etapa (sábado) todas as baterias subirão até a metade da montanha. Na terceira etapa (domingo), as categorias Elite e Sub 23 subirão a montanha no percurso de 33.5 km. Mais informações no site www.fpciclismo.org.br